

O Caminho para a Justiça

Quebrando o ciclo de impunidade
No assassinato de jornalistas



Informe especial do Comitê para a Proteção dos Jornalistas



Defendendo jornalistas em todo o mundo

O Caminho para a Justiça

Quebrando o ciclo de impunidade
No assassinato de jornalistas



Informe especial do Comitê para a Proteção dos Jornalistas
Outubro 2014



Defendendo jornalistas em todo o mundo



Uma manifestação marca o assassinato, em 2009, da jornalista russa Anastasiya Baburova. **REUTERS/SERGEI KARPUKHIN**

2 ÍNDICE

4 SOBRE ESTE RELATÓRIO

5 PREFÁCIO

CAPÍTULO 1

7 O QUE SIGNIFICA IMPUNIDADE?

Não é apenas uma história que termina com a morte de um jornalista; um clima de intimidação se constrói. Se ninguém é punido, assassinos ficam mais encorajados e a violência se repete. Os jornalistas não têm escolha, a não ser censurar-se ou até mesmo fugir para o exílio. Os ataques direcionados aos meios de comunicação têm impedido o mundo de compreender a total dimensão da violência na Síria, do tráfico de drogas no México, da influência de militantes no Paquistão, e da corrupção na Rússia.

CAPÍTULO 2

9 COMPARANDO O PROGRESSO À REALIDADE CONTUMAZ

O reconhecimento internacional da impunidade como um problema global, inclusive pelas Nações Unidas, é um passo importante. Mas fora dos corredores políticos, o progresso é irregular; taxas de impunidade têm aumentado de forma constante ao longo da última década na maioria dos países. Um sinal encorajador: as condenações em assassinatos de jornalistas foram lentamente aumentando. Um país, a Colômbia, encarna a esperança, mas também mostra o longo caminho que deve ser percorrido para se alcançar a justiça.

CAPÍTULO 3

13 ONDE A IMPUNIDADE PROSPERA

Quando se trata de ataques a jornalistas, há muitas maneiras pelas quais a impunidade duradoura e generalizada toma conta. Em alguns casos, é a falta de vontade política. Em outros, conflitos ou a deficiente aplicação da lei mantêm a justiça à distância. Na maioria das situações, é uma combinação destes fatores. Examinar os ambientes em que a impunidade prospera é o primeiro passo para acabar com ela.

19 O ASSASSINATO NÃO RESOLVIDO DE NATALYA ESTEMIROVA

FOTO DA CAPA: Jornalistas e estudantes de jornalismo carregam caixões fictícios para marcar o terceiro aniversário do massacre de 23 de novembro em Maguindanao nas Filipinas. **AFP/NOEL CELIS**

TÍTULO PÁGINA DA FOTO: Jornalista segura a foto da radiojornalista nepalesa Uma Singh que foi assassinada em 2009. **REUTERS/SHRUTI SHRESTHA**



Somalis rezam no funeral do jornalista Mohamed Ibrahim Rageh, que foi morto a tiros em Mogadíscio em abril de 2013. Seu homicídio ainda não foi solucionado. **REUTERS/FEISAL OMAR**

CAPÍTULO 4

21 MEDIDAS QUE DÃO CERTO E AS QUE NÃO DÃO CERTO

Anos de defesa intensiva por grupos de liberdade de imprensa, organizações de direitos humanos e jornalistas levaram alguns governos a se comprometerem a combater a violência contra a imprensa. Mas muitos não conseguiram agir. Outros adotaram legislações, criaram grupos de trabalho ou nomearam procuradores especiais e comissões, com variados graus de sucesso. Algumas dessas iniciativas têm levado ao progresso; algumas eram bem concebidas, mas com poucos recursos; algumas parecem ser pouco mais do que um meio para desviar as críticas.

25 NOVO COMEÇO PARA VELHAS QUESTÕES DE ASSASSINATOS NA SÉRVIA

CAPÍTULO 5

27 CRIAR PRESSÃO, EXIGIR CUMPRIMENTO

As Nações Unidas aprovaram resoluções que tratam da impunidade e da segurança dos jornalistas e lançaram um plano de ação. O plano está criando raízes em um par de países apontados para o início da implementação, ou seja, Paquistão e Nepal, mas fracassou totalmente no Iraque. Para manter a dinâmica global, as agências das Nações Unidas devem aumentar o envolvimento. Outra ferramenta que está ganhando um pequeno espaço na luta contra a impunidade é a rede de tribunais regionais, mas seus julgamentos são frequentemente desrespeitados.

32 ELEVANDO O CUSTO DA IMPUNIDADE, EM NOME DE MAGNITSKY

35 CONCLUSÃO

A luta contra a impunidade no assassinato de jornalistas chegou a um momento importante, onde os ganhos modestos poderiam dar lugar à complacência. Os esforços de parentes e colegas, a atenção sustentada da mídia, a pressão diplomática, e processos têm empurrado a justiça para frente em raros casos. Há mais medidas que os governos podem tomar, incluindo a mudança de locais de julgamentos, melhorar a proteção de testemunhas, reformar tribunais e criar órgãos independentes para examinar investigações falhas. Algumas soluções exigem grandes recursos, mas outras não. O cumprimento das obrigações da ONU para combater a impunidade deve ser primordial.

37 RECOMENDAÇÕES

Recomendações do CPJ para os governos nacionais, a comunidade internacional e os meios de comunicação

39 APÊNDICE 1

Jornalistas Assassinados Entre 2004 e 2013

40 APÊNDICE 2

Documentos e Resoluções-chave da ONU



Uma cápsula de bala é vista sobre uma credencial de imprensa, cercada por jornalistas protestando contra o assassinato de repórteres no México.
REUTERS/DANIEL BECERRIL

Elisabeth Witchel, fundadora da Campanha Global Contra a Impunidade do CPJ, é a principal autora deste relatório. Witchel lançou a campanha em 2007 e compilou cinco edições anuais do Índice Global de Impunidade, assim como outros importantes relatórios. Ela trabalhou com direitos humanos e jornalismo por mais de 15 anos e participou de missões ao Paquistão, Nepal e Filipinas, entre outras. Em 2010 ela organizou a Conferência sobre Impunidade do CPJ, que reuniu 40 representantes de mais de 20 organizações de liberdade de imprensa para identificar desafios e estratégias para combater a impunidade na violência contra jornalistas.

Myroslava Gongadze, que tem lutado por mais de uma década para obter justiça no assassinato de seu marido, o jornalista ucraniano Georgy Gongadze, escreveu o prefácio do relatório. O Diretor-executivo do CPJ, **Joel Simon**, escreveu o primeiro capítulo sobre o impacto da violência não solucionada contra os jornalistas. O correspondente do CPJ nos Andes, **John Otis**, contribuiu com uma seção sobre a lenta batalha da Colômbia para coibir a impunidade. **Elena Milashina**, jornalista investigativa premiada do Novaya Gazeta e correspondente do CPJ em Moscou, escreveu a coluna lateral sobre a paralisada investigação sobre o assassinato da jornalista e defensora dos direitos humanos russa Natalya Estemirova. O correspondente do CPJ no México, **David Agren**, contribuiu com notícias sobre o México, e a pesquisadora associada do programa do CPJ para as Américas, **Sara Rafsky**, compilou a base de dados sobre o Brasil. Na elaboração deste relatório, Witchel analisou mais de 10 anos de pesquisas conduzidas pela equipe do CPJ. A pesquisa adicional sobre o Paquistão foi feita por **Sadaf Khan**, que trabalhou na mídia impressa e eletrônica no Paquistão por oito anos e com ONGs locais sobre segurança no jornalismo e a liberdade de expressão.

O CPJ elaborou "Caminho para a Justiça" para marcar, em 2 de novembro, o primeiro Dia Internacional pelo Fim da Impunidade em Crimes contra Jornalistas reconhecido pelas Nações Unidas, e no reconhecimento de que a falta de justiça em centenas de assassinatos de jornalistas em todo o mundo é uma das maiores ameaças à liberdade de imprensa hoje. O relatório concluiu que, enquanto a atenção internacional para o problema tem crescido ao longo da última década, tem havido pouco progresso na redução das taxas de impunidade em todo o mundo. Muito mais vontade política é imprescindível, por parte dos Estados, para implementar os compromissos internacionais de luta contra a impunidade necessários para impactar os altos índices de violência direcionada que os jornalistas enfrentam rotineiramente.

O relatório enfoca especificamente a impunidade nos assassinatos de jornalistas e não explora exemplos de impunidade em outros crimes, como prisão ilegal ou abuso oficial. O relatório examinou dados do CPJ de jornalistas mortos e analisou as tendências de assassinatos cometidos dentro do período de 10 anos a partir de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2013. Foram considerados somente os casos em que o CPJ determinou, com razoável certeza, que um jornalista foi um alvo deliberado pelo exercício do jornalismo.

Este relatório foi elaborado como parte da Campanha Global Contra a Impunidade do CPJ, que é possível graças ao generoso apoio da **Adessium Foundation**, **Leon Levy Foundation** e **Open Society Foundations**. O CPJ também agradece o apoio de longa data da **Knight Foundation**.

Para versões em árabe, espanhol, francês, inglês, e russo, por favor, visite o site do CPJ, www.cpj.org. ■



O jornalista ucraniano Georgy Gongadze e sua esposa, Myroslava, posam para uma fotografia em 1995. Georgy Gongadze foi morto em 2000.
AP/ FOTO DA FAMÍLIA GONGADZE

BY MYROSLAVA GONGADZE

É uma triste verdade no mundo de hoje que a vida de um jornalista é, muitas vezes, perigosa. Nós, na mídia, ouvimos relatos diários de crimes contra jornalistas, de intimidação a assassinato, e é ainda mais difícil quando estes são cometidos contra os nossos amigos, familiares e colegas. A cultura da impunidade com frequência dificulta a busca de justiça para esses crimes e permite que os responsáveis, sejam eles autoridades estatais ou elites poderosas, bloqueiem a busca das pessoas pela verdade na mais sangrenta das maneiras.

Eu fiquei frente a frente com essa cultura inaceitável em setembro de 2000, quando o meu marido, o jornalista Georgy Gongadze, foi assassinado pelas mãos de autoridades ucranianas.

Georgy era um jornalista investigativo, editor-chefe do *Ukrainska Pravda* (Verdade Ucraniana), um jornal on-line independente que criticou as autoridades e expôs a corrupção e o nepotismo na administração do então presidente ucraniano Leonid Kuchma. Quando Georgy desapareceu, no dia 16 de setembro de 2000, meu primeiro pensamento foi que ele tinha sido sequestrado por alguém que ele tinha irritado com suas reportagens. A comunidade jornalística na Ucrânia lançou uma campanha amplamente divulgada para encontrá-lo, mas as autoridades mostraram pouco entusiasmo para investigar o desaparecimento de meu marido.

Para muitos de nós, esta falta de envolvimento não foi nenhuma surpresa, já que nenhum dos crimes anteriores contra jornalistas ou dissidentes no país foi totalmente investigado. Mas mesmo eu não suspeitava que tais funcionários do alto escalão do governo, como o presidente, pudessem estar por trás do assassinato de Georgy.

Nos meses após o seu desaparecimento, soube – a partir de gravações feitas secretamente no gabinete do presidente por seu

agente de segurança, Mykola Melnychenko, e depois autenticadas por um perito forense norte-americano – quão sério o seu trabalho tinha sido levado nos mais altos níveis de poder. Tomei conhecimento de como ativamente o então Procurador-geral Mykhaylo Potebenko e seu escritório trabalharam para sabotar a investigação e orquestrar um encobrimento do envolvimento de membros do alto escalão do Estado.

O corpo decapitado de Georgy foi encontrado em novembro de 2000, em estado de decomposição. Levaria quatro testes de DNA para confirmar que o corpo era do meu marido. Sua cabeça não foi encontrada até anos mais tarde. Ele havia sido estrangulado até a morte, decapitado, queimado e enterrado por seus assassinos: quatro membros da polícia do governo.

Eu recebi asilo nos Estados Unidos em 2001 e me mudei com minhas duas filhas, temendo que minha vida estivesse em perigo.

Mas encontrar e levar à justiça os autores e instigadores do assassinato do meu marido se tornou a missão da minha vida. Quatorze anos depois do assassinato de Georgy, fomos capazes de obter uma justiça parcial. Três policiais e seu chefe, o general Aleksei Pukach, estão atrás das grades. O ex-ministro do Interior da Ucrânia, que, de acordo com documentos judiciais, ordenou o assassinato, supostamente se suicidou, atirando duas balas na cabeça. Mas os mandantes do crime ainda não foram responsabilizados. Apesar do conhecimento público de seu suposto envolvimento no crime, eles ainda desfrutam de posição privilegiada e conforto material.

Eu continuo a busca por justiça para o meu marido porque acredito que investigar, não só expor, crimes contra jornalistas é a nossa obrigação para com aqueles que lutam para trazer a verdade ao povo.



Em 2005, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, visto aqui, decidiu em favor de Myroslava Gongadze, afirmando que a Ucrânia violou artigos da Convenção Europeia dos Direitos Humanos ao não proteger o direito do seu marido à vida. **AFP/FREDERICK FLORIN**

A luta não foi fácil. Desde o início, as autoridades tentaram sabotar a investigação e destruir a reputação do meu marido e a minha, fabricando informações sobre o seu desaparecimento e morte. Eu tive que passar horas e dias no escritório do promotor lutando contra os funcionários. Meu diploma de Direito e um grupo de apoio de amigos e familiares me ajudou a suportar a pressão e a permanecer forte. Todo esse tempo, minha família e eu estávamos enfrentando o perigo: Eu estava sendo seguida, meus telefones estavam grampeados, e todos os dias eu sentia mais pressão das autoridades.

Mais tarde, quando me dei conta de que seria impossível encontrar justiça dentro da Ucrânia, apelei para as instituições internacionais, como o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Em 2005, o tribunal decidiu a meu favor, afirmando que a Ucrânia tinha violado os artigos 2, 3, 13 e 41 da Convenção Europeia dos Direitos Humanos ao não proteger o direito do meu marido à vida. De acordo com a decisão, o inquérito não foi adequado, causando muitos prejuízos psicológicos.

A impunidade em crimes contra jornalistas, como este, envia uma mensagem para os criminosos: de que podem controlar os meios de comunicação pelo uso da força contra seus membros, que a intimidação pode continuar. Levar os responsáveis à justiça é a colina final que devemos subir em nossa busca para salvar a vida de jornalistas e para promover a causa da liberdade de expressão.

Devemos apoiar ativamente os que se empenham na busca por justiça para esses crimes. Eu sei, por experiência própria, que combater encobrimentos, fazer uso de tribunais, e lidar cara a cara com indivíduos perigosos e poderosos é frustrante e difícil, e requer muitos recursos, incluindo devoção, dedicação, coragem, fundos e energia incansável. Aqueles que buscam a justiça estão frequentemente em perigo

A causa precisa de um sistema de apoio internacional. As Nações Unidas têm tomado medidas para a construção deste sistema, ao aprovar uma resolução para tornar o dia 2 de novembro o Dia Internacional pelo Fim da Impunidade em Crimes contra Jornalistas e adotar o Plano de Ação da ONU sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade. Essas etapas devem ser levadas adiante.

Este ano, 2014, terá o primeiro dia internacional oficialmente sancionada para se erguer em solidariedade contra a impunidade.

Em homenagem a este dia, eu peço aos governos que cumpram as suas obrigações internacionais para proteger os jornalistas e buscar justiça, não importando o quão alto a busca leve. Peço às organizações internacionais de direitos humanos que apoiem a família e os amigos daqueles que deram a vida pelo bem público, e a estas famílias e amigos para que fiquem fortes e nunca desistam da busca por justiça, quaisquer que sejam os obstáculos. Peço a todos nós nos meios de comunicação e na comunidade de vigilância para encontrar a coragem de defender a memória de nossos colegas que morreram no cumprimento do dever.

Myroslava Gongadze é jornalista e ativista sediada em Washington. Seu marido, o jornalista Georgy Gongadze, 31, foi assassinado na Ucrânia, em 2000. Em 2013, o Tribunal Distrital Pechersky em Kiev condenou o ex-policia Gen. Aleksei Pukach por estrangulamento e decapitação. Gongadze foi condenado à prisão perpétua. Em março de 2008, as autoridades condenaram, como cúmplices de Pukach, três ex-policiais. O ex-presidente Leonid Kuchma foi indiciado em março de 2011, mas o Tribunal Constitucional da Ucrânia considerou inadmissíveis evidências cruciais. Myroslava Gongadze e seu advogado continuarão pressionando por uma investigação completa sobre quem ordenou o assassinato de Gongadze. ■



Mikhail Beketov, no centro, morreu em 2013 por ferimentos que sofreu em um brutal ataque em 2008. Beketov cobriu corrupção no governo russo. Ninguém foi levado à justiça. [AFP/ALEXEY SAZONOV](#)

O Que Significa Impunidade?

Em 1981, ano em que o CPJ foi fundado, a Argentina estava enredada na chamada Guerra Suja, em que dezenas de jornalistas desapareceram. A maioria nunca mais foi vista. Até hoje, ninguém documentou sistematicamente os assassinatos de trabalhadores de mídia que ocorreram, e ninguém sabe precisamente quantos jornalistas pereceram. Não é de surpreender, dado o vazio de informações, que tenha havido pouca atenção internacional sobre os desaparecimentos de jornalistas ou a catástrofe mais ampla de direitos humanos que muitos dos jornalistas assassinados tentavam cobrir.

Foi só uma década depois, em 1992, que o CPJ começou a documentar sistematicamente todas as instâncias do assassinato de jornalistas por seu trabalho em qualquer lugar do mundo. Nos primeiros anos deste exercício, a nossa "lista de mortos" foi publicada em papel como um apêndice de Ataques à Imprensa, compêndio anual do CPJ sobre as condições da liberdade de imprensa. Eventualmente, nós entramos on-line e criamos um banco de dados público que nos permite – e a outros – entender melhor as tendências por trás dos números.

De 1992 até os dias atuais, o CPJ tem mantido uma metodologia consistente. Nós aplicamos rigorosos padrões jornalísticos, indo além das reportagens da imprensa e buscando fontes de informação independentes em cada caso. Nós compilamos dados biográficos – o nome da pessoa, organização de mídia, e tipo de trabalho – e tomamos decisões difíceis sobre se a pessoa morta estava atuando em uma função jornalística. Também procuramos determinar o motivo do assassinato, e é só quando estamos razoavelmente confiantes de que um indivíduo foi morto enquanto engajado em atividade jornalística que consideramos o caso confirmado. É esta abordagem consistente e sustentada que nos permite compilar um banco de dados abrangente de todos os jornalistas mortos e traçar conclusões informadas baseadas nos subsídios.

Os números pintam um quadro chocante. Na década de 2004 a 2013, 370 jornalistas foram assassinados em represália direta por seu trabalho. A grande maioria era de jornalistas locais informando sobre corrupção, crime, direitos humanos, política e guerra, entre outras questões de importância vital para as suas sociedades. Em

90 por cento de todos estes casos, houve impunidade – nenhuma prisão, nenhuma acusação, nenhuma condenação. Em alguns casos, o assassino ou um cúmplice foi condenado; em apenas um punhado é o mentor do crime quem foi levado à justiça.

Mas o nosso obsessivo registro é destinado não só a descobrir essas tendências preocupantes. Esperamos, também, nos certificar de que haja um registro permanente de cada assassinato e que a informação seja atualizada se houver qualquer progresso em direção à justiça. Manter o controle sobre os assassinatos também nos ajuda a entender o impacto desses crimes dentro de uma determinada sociedade. Os ataques direcionados aos meios de comunicação têm evitado que o mundo compreenda a dimensão total da violência que ocorre na Síria. Impunidade irrestrita suprimiu reportagens críticas sobre o tráfico de drogas no México, violência militante no Paquistão, e corrupção na Rússia.

O custo para as famílias, amigos e a sociedade como um todo, é impressionante. Um jornalista russo que realizou uma cruzada, Mikhail Beketov, morreu em abril de 2013 em um hospital de Moscou de ferimentos sofridos em um espancamento atroz mais de quatro anos antes, depois de ter informado sobre a destruição ambiental nos arredores de Moscou. Eu o visitei em outubro de 2010, quando ele ainda estava lutando para se recuperar do dano infligido a ele por homens com barras de ferro. O lutador, uma vez corpulento, tinha sido enfraquecido: ele havia perdido uma perna, suas mãos haviam sido mutiladas e lesões cerebrais o impediam de falar. Por meio da violência, um homem corajoso que tinha usado a sua voz e a sua pena para desafiar os poderosos havia sido impossibilitado de se comunicar.

Ninguém jamais foi preso em conexão com o ataque.

Nossa pesquisa mostrou que essa impunidade encoraja os assassinos e silencia a imprensa. Não é apenas uma história que termina com a morte de um jornalista; constrói-se um clima de intimidação. A mensagem é ouvida. Homicidas estão mais encorajados, e a violência se repete. Os jornalistas não têm escolha, senão ouvir. Os assassinatos fomentam áreas de autocensura, como a que tomou conta de parte da Colômbia e do México. "A impunidade é uma das principais, se não a principal, causas do elevado número de jornalistas mortos a cada ano", disse Christof Heyns, relator especial das Nações Unidas sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, em um relatório de 2012 sobre assassinatos de jornalistas.

Quando a matança continua, vemos comunidades inteiras de jornalistas fugirem para o exílio de países como o Iraque, a Somália e o Sri Lanka. Muitos temem retornar até que os autores de ataques contra jornalistas sejam presos.

Com a consciência das estatísticas sombrias e histórias comoventes vieram apelos mais constantes e insistentes para a ação. Nos últimos anos, o papel dos jornalistas na promoção do diálogo e no poder de responsabilização têm sido amplamente reconhecido. Uma imprensa livre ajuda a avançar os objetivos das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais, através da promoção da boa governança, desafiando a corrupção, o combate à criminalidade, bem como para a resolução de conflitos e construção da paz. O impacto devastador da violência impune na mídia prejudica essas funções críticas.



Em cerca de 90 por cento dos assassinatos de jornalistas, ninguém é levado à justiça. **IFEX/LIDIJA SABADOS**

Como este relatório deixa claro, as Nações Unidas responderam reconhecendo que a matança desenfreada de jornalistas representa uma ameaça para o fluxo de informações e, assim, à paz e à segurança global que a ONU foi fundada para preservar. "Todo jornalista assassinado ou intimidado ao silêncio é um observador a menos dos nossos esforços para defender os direitos e garantir a dignidade humana", disse o diretor-adjunto da ONU, Jan Eliasson, no primeiro debate do Conselho de Segurança sobre o assunto, em julho de 2013.

Em 2011, a UNESCO, com a contribuição da sociedade civil, incluindo o CPJ, começou a desenvolver o Plano de Ação para a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade.

Este relatório destina-se a avançar o próximo passo nesse processo. Com o Plano de Ação e outras medidas, a ONU e a comunidade internacional assumiram a responsabilidade pela resolução da crise de impunidade. Que medidas concretas podem ser tomadas para garantir o sucesso?

Elisabeth Witchel, a principal autora do relatório, está bem preparada para responder a esta pergunta. Witchel fundou a Campanha Global contra a Impunidade do CPJ em 2007, e hoje é uma das maiores especialistas do mundo sobre o tema. Na elaboração deste relatório, ela analisou cuidadosamente mais de uma década de pesquisas e dados do CPJ e entrevistou dezenas de jornalistas, representantes das Nações Unidas e do governo, e defensores da liberdade de imprensa. Vários membros da equipe do CPJ contribuíram para seções do relatório.

A diferença entre 1981 e hoje é gritante. Quando a junta militar tomou o poder na Argentina, em meados dos anos 1970, ela procurou eliminar testemunhas de suas atrocidades e teve grande sucesso. Hoje, não temos desculpa. Cada assassinato de um jornalista está documentado. Sabemos o quando, onde e como; sabemos o porquê; e, muitas vezes, sabemos o quem. Esse conhecimento nos obriga a agir, não só no interesse da justiça, mas também para garantir que em nossa sociedade globalizada as forças violentas já não possam determinar o que sabemos. Se os ideais da Era da Informação estão para ser realizados, então devemos tomar todas as medidas para erradicar a maior ameaça à liberdade de expressão mundial: os assassinatos não verificados e não solucionados dos jornalistas que procuram informar suas sociedades e o mundo. Este relatório nos diz como. ■



Uma repórter tenta entrevistar um manifestante sendo levado pela polícia durante os confrontos perto de Bogotá em 2013. A violência contra jornalistas na Colômbia tem, em geral, diminuído e, com isso, as mortes de jornalistas. **REUTERS/JOSE MIGUEL GOMEZ**

Comparando o Progresso À Realidade Contumaz

Em novembro de 2013, a Assembleia Geral das Nações Unidas colocou a questão da impunidade no centro da programação global.

A Resolução sobre a Segurança de Jornalistas e a Questão da Impunidade, aprovada por consenso, descreve a ausência de justiça para as vítimas como "uma das principais questões para o fortalecimento da proteção de jornalistas". Pede aos Estados que "garantam a responsabilização através de investigações imparciais, rápidas e eficazes em todos os casos de violência contra jornalistas e trabalhadores da mídia sob sua jurisdição". Os governos estão, além disso, encarregados de "levar os perpetradores de tais crimes ao tribunal e garantir às vítimas acesso às devidas a reparações." A resolução proclama 2 de novembro como o Dia Internacional para Acabar com a Impunidade em Crimes contra Jornalistas.

Para o CPJ e outros grupos que fizeram campanha contra a impunidade, a resolução representou um novo nível de reconhecimento internacional. "A votação demonstrou que esses

governos reconhecem que existe um problema, e que a segurança dos jornalistas para fazer seu trabalho de interesse público precisa ser protegida", escreveu Annie Game, diretora-executiva do Intercâmbio Internacional de Liberdade de Expressão, uma rede global de grupos de liberdade de expressão. A organização observa desde 2011 um Dia Mundial pelo Fim da Impunidade.

Em junho de 2012, na 20ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, a impunidade quanto às agressões direcionadas a jornalistas foi destacada como um enorme flagelo para os direitos humanos por Christof Heyns, relator especial das Nações Unidas sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, e pelo relator para a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão, Frank LaRue. Mais tarde nesse ano, os Estados membros no Conselho de Direitos Humanos aprovaram a sua própria resolução sobre a segurança de jornalistas, apelando aos governos que retifiquem a impunidade.

Em 2012, a ONU também aprovou o Plano de Ação para a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade, liderado

A DETERIORAÇÃO MAIS DRAMÁTICA OCORREU NA SOMÁLIA, QUE VIU A SUA CLASSIFICAÇÃO DA IMPUNIDADE MAIS DO QUE QUADRUPPLICAR DESDE 2008.

pela UNESCO, uma tentativa de induzir as partes interessadas, governos, agências da ONU, órgãos regionais, sociedade civil e grupos da mídia, a promover a proteção de jornalistas e a justiça para os assassinatos de jornalistas. O Conselho de Segurança da ONU realizou dois debates sobre o tema em 2013. Outros organismos internacionais também estão se posicionando sobre esta questão. Em abril deste ano, o Conselho do Comitê de Ministros da Europa adotou uma declaração sobre a segurança de jornalistas, sugerindo que "erradicar a impunidade é uma obrigação fundamental dos governos".

Este endosso internacional é um passo importante para tratar de uma questão que o CPJ anteriormente viu descartada pelos governos como um problema excessivo ou inconsequente. Os Estados membros por trás dessas organizações, ao adotarem estes documentos, se comprometeram publicamente a investigar a fundo e reagir quando um jornalista é agredido, ameaçado, ou morto.

Fora dos corredores políticos, no entanto, o progresso deixa muito a desejar. A realidade cotidiana é que os índices de impunidade têm aumentado de forma constante ao longo da última década, na maioria dos países que o CPJ identificou como lugares onde os jornalistas são assassinados e os homicidas amiúde ficam livres. Em nove desses países, Bangladesh, Brasil, Colômbia, Índia, Iraque, Paquistão, Filipinas, Rússia, e Somália, houve novas mortes em 2013, um lembrete alarmante de que, onde há impunidade, os jornalistas continuam sendo alvos, ano após ano. Em meio a esses números desanimadores, há um sinal concreto de alento: tem crescido as condenações de assassinos de jornalistas. O número de condenações em 2013 foi quase o dobro do recorde anterior remontando a 2004. Embora o caminho para a justiça exija muitos mais condenações, a nova tendência pode ser uma indicação de que a pressão interna e internacional está começando a provocar uma mudança.

Quando o CPJ desenvolveu sua campanha contra a impunidade, em 2007, uma preocupação essencial era como medir e definir o progresso. Portanto, o CPJ desenvolveu o Índice Global de Impunidade, que calcula os assassinatos para os quais não houve condenação de suspeitos, como porcentagem da população de um país. Com o objetivo de monitorar os países que apresentam padrões de violência e impunidade, cada índice anual identifica assassinatos que ocorreram nos 10 anos anteriores e inclui apenas os países com cinco ou mais casos não solucionados durante esse período.

O primeiro Índice Global de Impunidade foi lançado em 2008; o CPJ publicou o seu sétimo índice em 2014. As mudanças ao longo do tempo não são dramáticas, mas são reveladoras. Dezesesseis países ocuparam lugar no índice ao longo deste período. Dez deles têm mantido o lugar a cada ano, o que significa que mantiveram um

registro de pelo menos cinco assassinatos não resolvidos nos últimos 10 anos, uma indicação de que a impunidade está bem enraizada nesses países. Os dados desses 10 países mostram que a impunidade ali aumentou, em média, 56 por cento entre 2008 e 2014.

A deterioração mais dramática ocorreu na Somália, que viu a sua classificação de impunidade mais do que quadruplicar desde 2008. Yusuf Ahmed Abukar foi a última vítima, e o 27º jornalista a ser assassinado na Somália na última década com impunidade total, quando seus assassinos detonaram por controle remoto uma bomba em seu carro. A classificação do Paquistão mais que dobrou nesse período. Apesar de uma grande condenação, no caso de Wali Khan Babar no início de 2014, os jornalistas de lá sofrem uma série de ameaças, não só de militantes e caudilhos, mas também de oficiais militares, de segurança e do governo, segundo a pesquisa do CPJ.

O México quase duplicou a sua classificação de impunidade nos últimos sete anos, quando as autoridades deixaram de reprimir a violência implacável contra a imprensa lá. As Filipinas, onde os assassinatos cresceram subitamente após o Massacre de Maguindanao em 2009, veio em seguida: sua classificação de 2014 aumentou mais de 80 por cento desde 2008. O Brasil, que entrou para o índice em 2009, viu a sua classificação de impunidade crescer mais de 70 por cento desde então. Índia, Iraque e Sri Lanka subiram ligeiramente. Na Rússia, condenações esparsas foram contrabalançadas por novas mortes; o país hoje tem a mesma classificação que tinha há sete anos.

A Colômbia registrou a mudança mais positiva. Sua classificação de 2014 caiu para menos de um terço do que era em 2008, uma melhoria que tem menos a ver com a justiça, apenas duas condenações ocorreram lá nos últimos 10 anos, do que com um declínio geral das agressões feitas a jornalistas. Três países, Serra Leoa, Bangladesh e Nepal, saíram do índice por completo, também devido principalmente a um refluxo da violência contra a imprensa ligado a mudanças políticas mais amplas.

A recente ascensão das condenações deve ser vista num contexto sóbrio. De 2004 até 2013, houve condenações em apenas 41 casos em que o CPJ verificou que o assassinato do jornalista era relacionado ao trabalho; um total de 370 assassinatos ocorreu no mesmo período. Mas a curva da tendência é encorajadora, com 26 dessas condenações acontecendo nos últimos cinco anos, contra apenas 15 no período anterior de cinco anos. Só no ano passado, houve um relativo crescimento repentino, com oito condenações em todo o mundo, inclusive em países com registros de longa data de alta impunidade, como Rússia, Filipinas e Brasil. Em 2004, houve apenas uma.

Oito atos de justiça durante um ano em que 31 jornalistas foram assassinados por realizarem o seu trabalho não é um



O jornalista somali Yusuf Ahmed Abukar, visto aqui falando para crianças deslocadas internamente, foi morto por um carro-bomba em 2014.

ABDUKHADER AHMED

número para se comemorar, mas é um grande ponto de partida em relação ao terrível registro dos anos anteriores.

Com a sua recente melhoria no Índice de Impunidade do CPJ, a Colômbia encarna a esperança para o futuro, mas também a realidade do longo caminho a percorrer para chegar à justiça plena.

A Colômbia caiu para mais da metade em sua classificação de impunidade nos últimos sete anos, e mudou-se do quinto para o oitavo lugar no ranking mundial de países com os piores registros de processar assassinos de jornalistas.

O programa colombiano de proteção de jornalistas, que providencia destacamentos de segurança ou ajuda a remanejar jornalistas ameaçados, muitas vezes leva o crédito pela melhoria do registro da violência contra a imprensa no país, que já foi um dos mais altos do mundo.

Mas, em grande medida, a melhoria parece ser subproduto do arrefecimento de 50 anos de conflito armado no país. O conflito colocou dois grupos rebeldes marxistas contra o governo; até recentemente, essa mistura também incluía os paramilitares de direita, que muitas vezes colaboravam com o exército. Todos estes quatro protagonistas armados abatiam jornalistas.

Mas a violência diminuiu, e com ela, as mortes de jornalistas. Grupos armados ilegais, políticos corruptos, e outros continuam a ameaçar jornalistas, mas hoje a intimidação leva mais à autocensura, em vez de ao homicídio, de acordo com Pedro Vaca, diretor-executivo da Fundação pela Liberdade de Imprensa, FLIP, com sede em Bogotá. Ele descreveu esta melhoria incrementada, como de "muito ruim" para "ruim".

O governo está reorganizando a Procuradoria-geral para formar uma equipe especial para examinar os crimes contra jornalistas. Até agora, no entanto, não houve melhoria na presteza ou na eficiência para solucionar esses casos, disse Vaca.

Apesar de o sistema legal tradicional da Colômbia continuar de uma lentidão exasperante, alguma clareza, se não uma conclusão, pode ser conseguida através da chamada justiça transicional. O termo refere-se a medidas judiciais, bem como alternativas, para corrigir os abusos generalizados dos direitos humanos nas

FORA DOS CORREDORES POLÍTICOS, O PROGRESSO É IRREGULAR NA MELHOR DAS HIPÓTESES.

sociedades em transição da guerra para a paz.

Por exemplo, de acordo com uma lei de 2005, que prometia penas leves em troca de desarmamento e dizer a verdade, vários líderes paramilitares explicaram o seu papel nos assassinatos de dois jornalistas no início da década de 2000, no norte do estado de Arauca. Embora ainda não tenha havido condenações nesses casos, os parentes sobreviventes, pelo menos, sabem um pouco mais sobre o que aconteceu.

Enquanto isso, de acordo com a Lei de Restituição de Terras e Vítimas, de 2011, o governo está indenizando milhares de vítimas de violações dos direitos humanos, entre elas, jornalistas que tinham direito à proteção estatal contra tal violência.

Além disso, o governo fez uma série de gestos simbólicos para começar a reparar os enormes estragos no jornalismo colombiano provocados pelo conflito armado. Em fevereiro, a Unidade de Vítimas, do governo realizou uma cerimônia especial em Bogotá em honra de jornalistas colombianos assassinados, que contou com a presença do presidente Juan Manuel Santos. "Não é a mesma coisa que um tribunal botar os assassinos na prisão", disse Vaca, "mas ela tem um efeito reconfortante".

No entanto, na busca da plena justiça para os jornalistas assassinados, a Colômbia só deu alguns passos vacilantes. Um exemplo claro é o caso de Luis Eduardo Gómez.

Jornalista freelance, Gómez também era testemunha do governo em uma investigação sobre as ligações entre políticos colombianos e os grupos paramilitares, um relacionamento sobre o qual muitas vezes escreveu. Em 30 de junho de 2011, um agressor não identificado alvejou Gómez, de 70 anos, em sua cidade natal de Arboletes no norte da Colômbia, e fugiu em uma motocicleta.

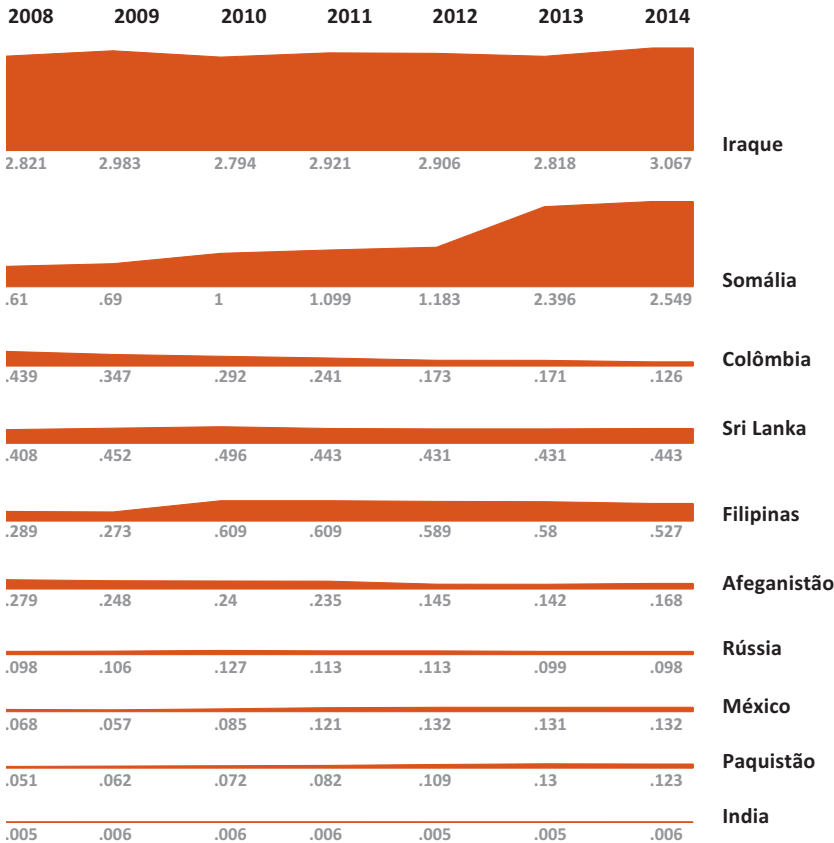
Por algum tempo, o governo colombiano parecia estar cuidando do caso. Concordou em indenizar a viúva de Gómez. No ano passado, o chefe de polícia nacional da Colômbia, Rodolfo Palomino, anunciou a captura de Hermes Rebolledo, ex-líder paramilitar que Palomino vinculou à morte de Gómez.

Mais tarde, porém, a Procuradoria-geral disse que, embora Rebolledo estivesse sendo investigado por tráfico de drogas e outros crimes, ele não havia sido vinculado ao assassinato do jornalista. Três anos depois de Gómez ser morto, o caso continua sem solução. O caso está na lista do CPJ de assassinatos não confirmados de jornalistas, o que significa que o CPJ ainda não determinou se o motivo do crime foi o jornalismo.

A justiça quase sempre permanece indefinida ou incompleta quando jornalistas são assassinados na Colômbia. Desde 1977, a FLIP documentou 142 assassinatos de jornalistas

OS MAIORES INFRATORES

Avaliações de Impunidade dos 10 países que têm aparecido no Índice de Impunidade do CPJ a cada ano desde a sua criação, em 2008



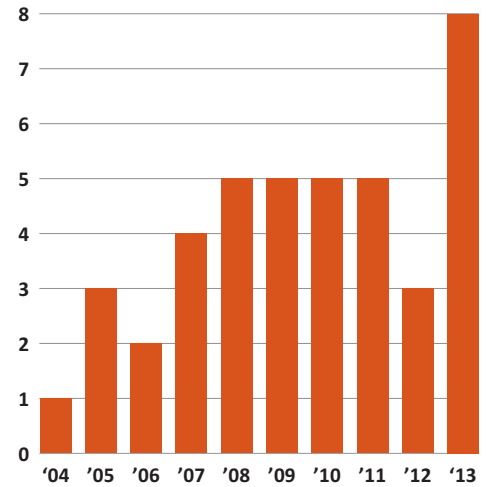
relacionados com o trabalho. Desse total, quase a metade dos casos foi encerrada porque excedia os 20 anos de um estatuto de limitações. A procuradoria geral não conseguiu dar informações sobre 30 casos, porque os arquivos aparentemente se perderam ou foram extraviados. Em suma, houve apenas 19 condenações.

O CPJ, que começou a rastrear os assassinatos de jornalistas em 1992 e usa várias metodologias, documentou 45 jornalistas mortos diretamente por seu trabalho na Colômbia, e mais 33 assassinatos em que o motivo não está claro. Em casos de homicídio onde o CPJ confirmou ser o jornalismo o motivo, reina a impunidade em 88 por cento, com a maioria do restante obtendo justiça apenas parcial.

Mesmo quando os assassinos são capturados e condenados, os mandantes que têm como alvo os repórteres quase sempre continuam em liberdade, segundo mostra a pesquisa do CPJ. As investigações geralmente desmoronam devido a problemas como promotores sobrecarregados, falta de compartilhamento de informações, manuseio incorreto de provas, e de improbidade por parte de oficiais judiciais.

Alejandro Ramelli, promotor da Procuradoria-geral em Bogotá

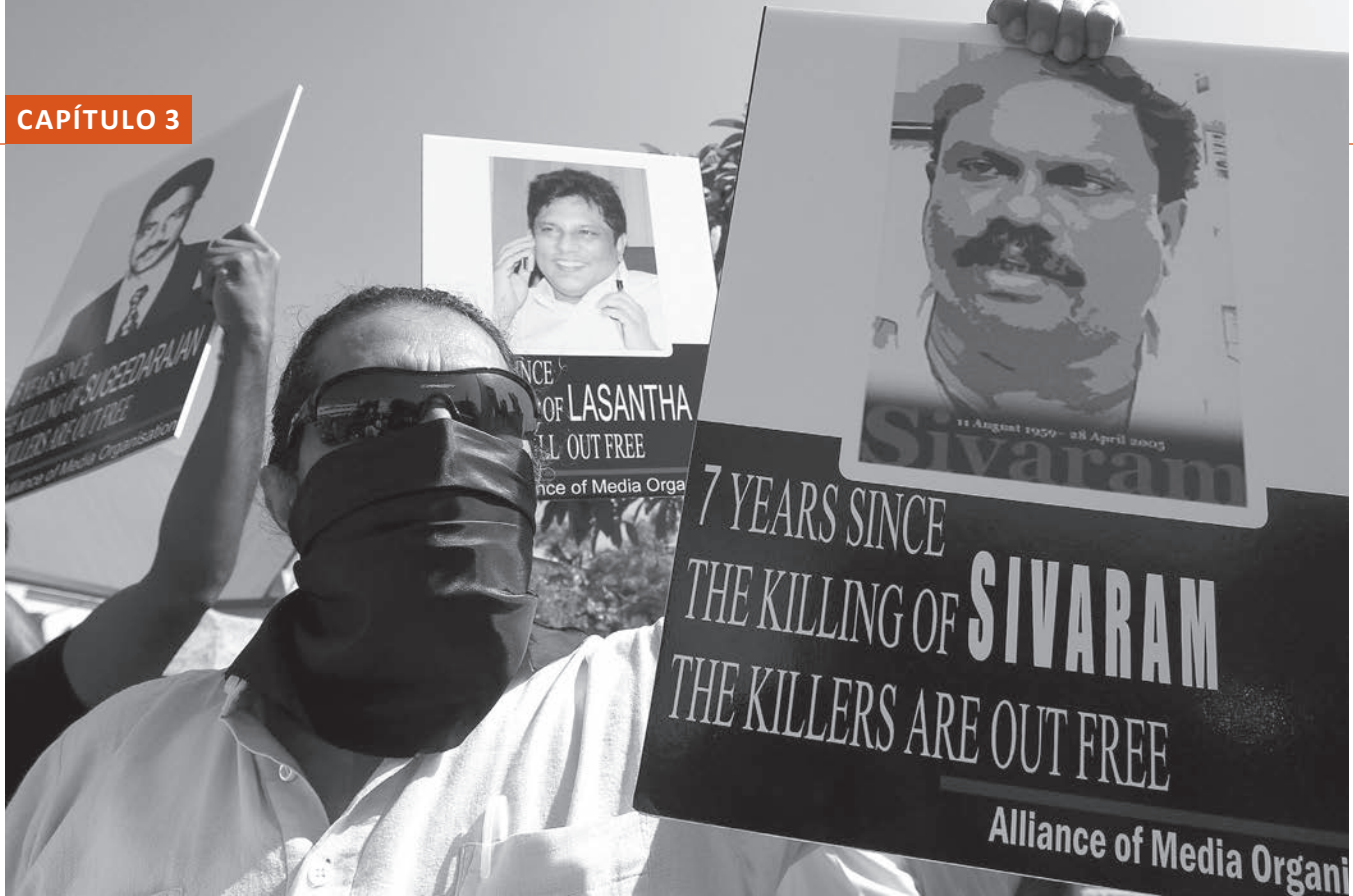
Condenações em casos de jornalistas assassinados, 2004 – 2013



NOTA: As condenações incluem alguns assassinatos que ocorreram antes de 2004

e especialista em crimes contra jornalistas, apontou dois fatores para a impunidade generalizada. Em entrevista de 2013, dada ao CPJ, ele indicou problemas estruturais no sistema judicial, e, por parte dos promotores, um foco persistente no último elo da cadeia - aquele diretamente responsável pela morte dos jornalistas - em vez de focalizar as organizações criminosas e políticos corruptos que estão, muitas vezes, por trás dos assassinatos.

A matança continua. Em 2013, um jornalista e um auxiliar da mídia foram assassinados na Colômbia em represália direta por seu trabalho. Outro jornalista de uma revista proeminente do país escapou por pouco a uma tentativa de assassinato, enquanto jornalistas por todo o país foram repetidamente ameaçados e, em alguns casos, obrigados a fugir de suas casas e do país. Falando na UNESCO no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, em 2013, a jornalista Claudia Julieta Duque, ela mesma vítima de uma longa campanha de assédio e intimidação que a forçou a um exílio temporário em várias ocasiões, disse à plateia, "Proteção é bom, mas as pessoas por trás da impunidade precisam sofrer as consequências". ■



Um membro da imprensa segura uma foto do jornalista do Sri Lanka Dharmeratnam Sivaram em um protesto em 2013. Sivaram foi sequestrado em abril de 2005 e encontrado morto no dia seguinte. **REUTERS/DINUKA LIYANAWATTE**

Onde a Impunidade Prospera

O clima de impunidade chegou a um trágico ponto

culminante em 23 de novembro de 2009, quando homens armados emboscaram uma caravana que escoltava o candidato Esmael "Toto" Mangudadatu enquanto ele se preparava para cumprir as formalidades burocráticas necessárias para se tornar candidato a governador de província nas Filipinas. Os atacantes mataram 58 pessoas, entre elas 30 jornalistas e dois trabalhadores da mídia, o maior número de jornalistas assassinados em um único ato desde que o CPJ começou a acompanhar esse tipo de caso, em 1992.

O assassinato em massa na periferia da cidade de Ampatuan provocou imensa indignação. Mas ninguém foi condenado por desempenhar qualquer papel no massacre, e poucos estão surpresos com isso. Muitos viram o ataque como um resultado natural da conjunção de poderosos grupos armados, corrupção e inação do governo filipino e aplicação deficiente da lei. Este ciclo de violência e impunidade não mostra sinais de arrefecimento.

Mais de 50 jornalistas foram assassinados devido a seu trabalho nas Filipinas entre 2004 e 2013. Além disso, centenas de defensores de direitos humanos, ativistas e políticos se tornaram vítimas de execuções extrajudiciais, em sua maioria, sem consequência para os agressores. E nisto a Filipinas não está sozinha.

Assassinatos de jornalistas raramente são eventos isolados.

Eles não são geralmente o ato espontâneo de alguém que ficou com a cabeça quente, irritado com o que leu no jornal. Muitas vezes eles são premeditados – ordenados, pagos e orquestrados. Eles se encaixam em dois padrões gerais: intimidação contra aqueles que revelam a corrupção, expõem a má conduta política e financeira, ou informam sobre crimes; e as circunstâncias nas quais a violência cotidiana praticada por grupos militantes ou pelo crime organizado obstrui a justiça. Esses padrões se repetem pelo simples fato de que é muito fácil ficar impune pela morte de um jornalista. De acordo com a pesquisa do CPJ, não há consequências para os assassinos de jornalistas em quase nove de 10 casos.

A cultura de impunidade no assassinato de jornalistas é autoalimentada. Onde a justiça falha, a violência muitas vezes se repete, de acordo com as tendências documentadas ao longo dos últimos sete anos pelo Índice Global de Impunidade do CPJ. O Iraque, por exemplo, tem, de longe, o maior número de assassinatos não resolvidos e registrou nove novos assassinatos de jornalistas em 2013. A Rússia presenciou mais dois jornalistas assassinados no ano passado, elevando para 14 o total de mortes relacionadas com as atividades jornalísticas com impunidade total desde 2004. Em Bangladesh, Brasil, Colômbia e Índia, um total de sete jornalistas foram assassinados em 2013. Todos,

EM CENTENAS DE CASOS, GRUPOS POLÍTICOS OU PESSOAS QUE EXERCEM FORTE INFLUÊNCIA ECONÔMICA E POLÍTICA SÃO OS SUSPEITOS DE ASSASSINATO.

exceto um dos países em que ocorreram assassinatos de jornalistas em 2013, tinham registros de impunidade em quatro ou mais assassinatos anteriores. "Todo ato de violência cometido contra um jornalista que fica sem investigação e impune é um convite aberto para mais violência", disse a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navi Pillay, no início deste ano em uma reunião do Conselho de Direitos Humanos.

Há muitas maneiras de a impunidade generalizada e duradoura tomar conta quando se trata de ataques a jornalistas. Em alguns casos, é a falta de vontade política. Em outros, o conflito ou a deficiente aplicação da lei mantém a justiça encurralada. Na maioria das situações, é uma combinação destes fatores. Examinar os ambientes nos quais a impunidade prospera é o primeiro passo para acabar com ela.

Os governos muitas vezes se queixam de que a justiça está fora de seu controle. A impunidade em casos de assassinatos de jornalistas é a ponta do iceberg, seu argumento prossegue, e problemas sistemáticos imensos de corrupção generalizada para continuar a luta são os verdadeiros problemas. É verdade que ambientes inseguros ou disfuncionais levam à impunidade, mas o CPJ tem constatado repetidamente que a falta de vontade política para julgar é o fator mais frequente por trás dos números alarmantes de casos não resolvidos. Os Estados também muitas vezes mostram que não estão dispostos, e não simplesmente que são incapazes, a buscar a justiça quando se trata de assassinatos de jornalistas. "O elemento mais importante é a vontade política", disse Frank LaRue, o ex-relator especial da ONU sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão.

O CPJ documentou diversos casos que não conseguem avançar para que seja feita justiça, apesar das evidências que apontam para possíveis culpados. Em outros, os policiais não conseguiram seguir pistas, entrevistar testemunhas, recolher provas suficientes, ou persistir até chegar a processos completos. Quando um editor de jornal de destaque do Sri Lanka, Lasantha Wickramatunga, foi assassinado em 2009, seus agressores o espancaram com barras de ferro e bastões de madeira em uma rua movimentada, à vista de soldados de uma base aérea. De acordo com sua viúva, Sonali Samarasinghe, a polícia colheu poucos testemunhos e relatou a morte de Wickramatunga como tendo ocorrido em meio a um tiroteio, contradizendo relatórios médicos que não mencionam quaisquer ferimentos de bala. Estas foram apenas duas das várias reclamações e questões levantadas em uma investigação que, apesar das promessas do presidente Mahinda Rajapaksa de resolver o crime, passou seu quinto aniversário sem que tivesse ocorrido qualquer julgamento.

Evidências deste e de outros casos frequentemente sugerem

que os autores são funcionários superiores do sistema de poder do país. Dados do CPJ, analisando casos desde 1992, mostram que agentes do Estado, funcionários do governo ou militares são suspeitos de serem responsáveis por mais de 30 por cento dos assassinatos de jornalistas. Em centenas de outros casos, grupos políticos ou pessoas que exercem forte influência econômica e política são os assassinos suspeitos. Contra essa realidade não é de estranhar que a justiça seja muitas vezes cortada pela raiz.

"Os jornalistas podem se tornar vítimas de vinganças políticas ou se tornar alvos de políticos. Políticos locais também podem ter interesses comerciais relacionados ao que os jornalistas escrevem", disse Geeta Seshu, editor consultor do The Hoot, um defensor da mídia na Índia, onde sete jornalistas foram assassinados com total impunidade na última década. "Membros de partidos políticos que têm como alvo os jornalistas são protegidos por seus partidos e podem exercer grande influência sobre a administração ou a polícia local, de modo a retardar ou dificultar a investigação."

Em Gâmbia, após o assassinato de Deyda Hydara, respeitado editor e colunista conhecido por suas críticas ao presidente Yahya Jammeh, as autoridades não entrevistaram pelo menos duas testemunhas-chave que foram feridas com Hydara no ataque de 2004, nem conduziram testes básicos de balística – falhas recentemente reconhecidas pelo tribunal regional da Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano. O tribunal afirmou, em junho de 2014, que Gâmbia não realizou uma investigação válida sobre o assassinato de Hydara, em parte porque a Agência Nacional de Inteligência (ANI), ela mesma suspeita, conduziu a investigação. "Como pode a ANI fazer uma investigação quando ela é uma das suspeitas?", disse Rupert Skilbeck, diretor de litígio na Iniciativa de Justiça Instituto Sociedade Aberta, que trabalhou com advogados para levar o caso ao tribunal regional.

Em todo o mundo, tem havido um fracasso quase total para processar aqueles que encomendam crimes contra jornalistas. Em apenas 2 por cento dos casos de jornalistas assassinados por seu trabalho de 2004 a 2013 foi obtida a completa justiça. Na maior parte dos casos, não houve qualquer justiça, ou ocorreram condenações apenas de cúmplices e pistoleiros de nível mais baixo, mas não dos mandantes. Como exemplo: No famoso julgamento do assassinato da jornalista russa Anna Politkovskaya, mesmo a menção ao suposto mandante foi mantida fora do tribunal; foram ordenados procedimentos a portas fechadas para outro suspeito proeminente que poderia ter sua identidade revelada.

A condenação, no ano passado, do assassino do popular jornalista de rádio filipino Gerardo Ortega foi uma vitória para a justiça. Mas

também era um lembrete decisivo de que dois suspeitos, Joel Reyes e Mario Reyes, irmãos e ambos poderosos políticos locais a quem Ortega tinha acusados de corrupção, ainda não tinham sido presos, apesar do depoimento do pistoleiro condenado implicando-os. Em uma declaração que ecoa os sentimentos de dezenas de outros membros de famílias de jornalistas mortos, Michaela Ortega, filha de Gerardo Ortega, apelou às autoridades para buscar a plena justiça contra aqueles com "o poder, o dinheiro, e o motivo para terem assassinado meu pai".

A vitória parcial da família Ortega é típica de um em cada 10 casos em que há alguma forma de justiça. Quase todos os processos bem sucedidos são o resultado de intensa pressão internacional e local, da atenção da mídia, da busca obstinada de familiares, de investigações paralelas por colegas ou contestações jurídicas por grupos da sociedade civil. Quando pressionado por todos os lados os Estados respondem, provando que quando há vontade política há um caminho.

Se a falta de vontade política é o primeiro adversário da justiça, o conflito não fica muito atrás. As várias formas de conflitos – lutas sectárias, combates ou insurgências políticas, tal como definidos no direito internacional – são contextos para alguns dos climas mais arraigados de impunidade. Jornalistas que operam nestes ambientes são expostos a risco físico imenso. Muitos são feridos ou mortos pelo fogo cruzado ou por atos terroristas no curso dos trabalhos do dia a dia. Mesmo em meio a esses perigos, no entanto, o assassinato em função do trabalho é a razão número 1 dos jornalistas serem mortos. Mais de 95 por cento das pessoas alvo são jornalistas locais, a maioria deles cobrindo política, corrupção, guerra ou crime no momento de suas mortes.

Nos últimos cinco anos, o Iraque e a Somália têm ocupado os dois primeiros lugares no Índice de Impunidade do CPJ, com um total de 127 casos de jornalistas assassinados, mais de duas vezes o número de mortos em fogo cruzado e missões perigosas. A Síria, um dos poucos países onde as mortes em fogo cruzado de jornalistas superam os assassinatos, mostra sinais de seguir o exemplo. Ela apareceu no Índice Global de Impunidade do CPJ pela primeira vez em 2014, com sete casos de assassinatos direcionados - um número que desde então tem crescido com as decapitações chocantes dos jornalistas independentes norte-americanos James Foley e Steven Sotloff pelo grupo militante Estado Islâmico. A taxa de impunidade total para estes três países juntos é de 99 por cento.

Grupos sectários armados realizaram a maioria destes ataques. Acredita-se que o Estado Islâmico e outros grupos militantes sunitas dissidentes da Al-Qaeda sejam os responsáveis por alguns dos assassinatos direcionados de nove jornalistas no ano passado no Iraque, de acordo com a pesquisa do CPJ. Em anos anteriores de alta violência nesse país, jornalistas iraquianos foram igualmente alvo de grupos sunitas e xiitas. Na Somália, os militantes do Al-Shabaab, durante anos, ameaçaram e agrediram jornalistas durante a cobertura das atividades do grupo. Com este fato vem uma pergunta crucial: Quando os Estados estão em guerra contra os autores de violência contra a imprensa, os

Estados podem ser culpados por não processar esses grupos?

Alguns dizem que a resposta é não. "A Somália tem estado em conflitos desde 1991 e o país ainda está em guerra com extremistas", disse Abdirahman Omar Osman, especialista em mídia e conselheiro do governo da Somália para comunicações estratégicas. "A Somália enfrenta desafios como a falta de recursos, a falta de instituições em funcionamento, falta de segurança, com o Al-Shabaab lutando contra o governo, falta de boa governação, e muito mais."

No entanto, colegas da imprensa estão frustrados com o que veem como inação completa. "A polícia não faz nada depois que o jornalista é morto", disse Abukar Albadri, diretor da companhia de mídia da Somália Badri Media Productions. "Se o governo quisesse processar os assassinos de jornalistas ele tornaria todas as suas promessas funcionais. Ele se comprometeu a formar uma força-tarefa que investigaria os assassinatos dos jornalistas; não funcionou. Ele se comprometeu a investigar e trazer os culpados à justiça; não há nenhuma investigação feita em qualquer caso até agora."

A inação é particularmente acentuada nos casos em que a suspeita aponta para os próprios funcionários do governo, e outros culpados não protegidos pelo poder, mas dificilmente identificáveis por pertencer a grupos armados. Na cidade iraquiana de Kirkuk, por exemplo, assaltantes atiraram no escritor freelance Soran Mama Hama em 2008, pouco depois de ele ter denunciado a cumplicidade da polícia no comércio de prostituição local. Apesar das promessas das autoridades locais feitas ao CPJ de que dariam atenção ao caso, nenhuma prisão foi relatada.

Em um relatório especial sobre a impunidade no Curdistão iraquiano, o CPJ examinou outros casos, incluindo a morte, em 2010, de Sardasht Osman, um estudante de jornalismo muito popular por seus artigos sobre corrupção envolvendo funcionários do alto escalão do governo. Osman foi raptado e encontrado morto dois dias depois. As forças de segurança do Curdistão atribuíram o assassinato a um grupo afiliado à Al-Qaeda, mas parentes e colegas consideraram esta responsabilização implausível. Setenta e cinco jornalistas, editores e intelectuais curdos culpavam o governo. "Acreditamos que o Governo Regional do Curdistão e suas forças de segurança são os primeiros responsáveis e, acima de tudo, eles devem fazer tudo para encontrar o responsável", disseram em um comunicado na época.

Na Nigéria, onde cinco jornalistas foram assassinados impunemente na última década, uma dinâmica similar está ocorrendo, embora com menores níveis gerais de violência. Em resposta ao Índice Global de Impunidade do CPJ 2013, um porta-voz do presidente Goodluck Jonathan culpou o fogo cruzado do grupo extremista Boko Haram pelas mortes de jornalistas. O Boko Haram é claramente responsável por muitas mortes de jornalistas na Nigéria. Mas os assassinatos não foram investigados em casos como o do editor Bayo Olu, que foi baleado na porta de sua casa por seis indivíduos não identificados, em retaliação, colegas acreditam, por suas reportagens sobre a política local.

O terror do Boko Haram também não oferece uma explicação para o assassinato, em 2006, do jornalista premiado Godwin Agbroko, que nunca foi totalmente investigado. Agbroko foi

encontrado morto em seu carro, com uma única bala no pescoço, sem que nada tivesse sido roubado. A polícia inicialmente disse que o crime parecia ser um assalto à mão armada, mas mais tarde sugeriu que poderia ser um assassinato; não houve avanços desde então. A família de Agbroko ainda luta por respostas oito anos depois. "Ficou tudo envolto em incerteza e não houve nenhum procedimento para a investigação", disse a filha do jornalista Teja Agbroko Omisore ao CPJ. "Nada foi aberto. Nada foi feito".

Durante seu primeiro discurso à nação em 2011, o presidente filipino Benigno Aquino III prometeu que seu governo trabalharia para acabar com a impunidade e traria uma era de "justiça rápida". Suas palavras foram bem recebidas por colegas e familiares das vítimas do massacre de Maguindanao em 2009, que têm procurado resolução e alívio após o assassinato de 58 pessoas, 32 membros da imprensa entre elas. Mas a justiça não tem sido rápida.

No início do caso Maguindanao, poucos observadores esperavam um julgamento rápido. Com 58 vítimas e mais de 180 suspeitos, até mesmo o sistema mais eficiente seria duramente pressionado para chegar à justiça rapidamente. No entanto, como o quinto aniversário deste crime hediondo se aproxima sem condenações à vista, a lentidão da justiça tem preocupado muitas pessoas, no sentido de que a justiça está sendo insuportavelmente prolongada ou severamente comprometida, ou ambos.

O julgamento do massacre de Maguindanao foi descrito pelo presidente Aquino como um "teste decisivo" para a justiça nas Filipinas, uma chance de mostrar que a democracia mais antiga da Ásia tem um limite para o quanto de impunidade vai tolerar. Em vez disso, os processos têm ressaltado as falhas do país.

Os países onde o CPJ registrou altos índices de violência contra a imprensa e impunidade, como as Filipinas, muitas vezes sofrem de capacidade de investigação e de processar os acusados fracas, ou o seu sistema de justiça tem sido cooptado pela corrupção e intimidação violenta. Os eventos do massacre refletem esse padrão de impunidade, uma investigação falha, privilégios para alguns suspeitos em detenção, procedimentos ruins para convocação e proteção de testemunhas, e táticas protelatórias da defesa – de acordo com Prima Jesusa Quinsayas, uma advogada que trabalha para o Fundo de Liberdade para Jornalistas Filipinos. Quinsayas é também uma promotora privada que representa muitas das famílias das vítimas. No sistema de justiça Filipinas, os promotores privados podem trabalhar em conjunto com a equipe da promotoria do Estado.

Os dados recolhidos são amplamente reconhecidos como falhos. Grupos de imprensa locais organizaram uma missão de investigação imediatamente após os assassinatos e constataram que a área circundante à cena do crime não tinha sido isolada. Equipes de resgate usaram uma retroescavadeira ao invés de pás para resgatar as vítimas soterradas, um método que pode ter destruído provas forenses. Bens pessoais de vítimas, incluindo cartões de mensagens de telefones celulares, não tinham sido recolhidos. "O caso não chegaria a lugar algum se você confiar em provas", disse Jose Pablo Baraybar, diretor executivo da Equipe Peruana de Antropologia Forense, uma ONG peruana convidada a examinar a cena do crime.



Andal Ampatuan Jr., al centro, es llevado al tribunal para responder por el delito de organizar el ataque contra 57 personas, de ellos 32 periodistas y trabajadores de medios, en la masacre de Maguindanao, en el 2009.

REUTERS/CHERYL RAVELO

Dezenas de suspeitos ainda não foram presos.

Devido a essas deficiências, os depoimentos das testemunhas foram fundamentais para o caso. Mas, em uma série de contratemplos violentos, três testemunhas importantes foram mortas. Um deles, Esmael Amil Enog, foi encontrado cortado em pedaços e enfiado dentro de um saco. Enog, um motorista contratado no dia do massacre, havia oferecido testemunho direto, identificando muitos dos homens armados. Dois parentes de testemunhas foram mortos e um terceiro ficou ferido após ser baleado várias vezes. A perda de testemunhas trouxe questionamentos sobre o Programa de Proteção a Testemunhas das Filipinas, considerado muito carente de recursos. Quinsayas disse que foi convidada para escoltar testemunhas a caminho do julgamento, substituindo a proteção do Estado. Mary Grave Morales, cujo marido e irmã, ambos jornalistas, estavam entre as vítimas de Ampatuan em 2009, disse ao CPJ no ano passado: "Quando todos aqueles que testemunharam os crimes também estiverem mortos, o julgamento será inútil. A justiça não será feita."

Os réus, vários deles membros do alto escalão do poderoso e rico clã Ampatuan, têm amplos recursos para evitar a justiça. Algumas famílias das vítimas, muitas das quais perderam o seu principal sustentáculo econômico, dizem ter sido abordadas com subornos e ameaças. A defesa mobilizada pelos acusados, por sua vez, vem protelando o caso há anos com táticas legais, explorando regras processuais que muitas pessoas sentem que precisam ser reformadas nas Filipinas. Em outros casos, sobretudo nos casos dos assassinatos dos jornalistas que faziam denúncias populares Marlene Esperat e Gerardo Ortega, esse tipo de manobra propiciou tempo e oportunidade para que os mandantes



Um manifestante protesta contra o homicídio de Sardasht Osman, jornalista de 23 anos de idade que foi sequestrado e morto em 2010. O assassino não foi levado à justiça. [YOUTUBE/FILMBRAD](#)

encontrassem uma maneira de escapar do julgamento. Para as testemunhas e familiares das vítimas, cada ano adicionado ao julgamento é mais um ano a viver sob intensa tensão psicológica e financeira ou medo.

Mas eles também têm receio de uma ameaça oposta: a de que o Estado possa estar agindo com demasiada pressa. Em fevereiro de 2014, a promotora disse ao tribunal que "não estava inclinada" a apresentar mais provas contra os 28 réus que foram denunciados, e estava pronto para finalizar o caso contra eles. Por um lado, isso implicaria abrir processos contra os suspeitos, incluindo Andal Ampatuan Jr., acusado de liderar o ataque, levando-o a audiências de fiança a julgamento criminal. Mas significaria também limitar a gama de prova admitidas. "Preocupa-me que sob o pretexto de justiça célere, o que teremos, em vez disso, é uma justiça comprometida", disse Quinsayas.

As deficiências da lei e da ordem pública ajudam os autores a escapar da justiça em outros países onde os jornalistas são alvo de agressões, entre eles o Paquistão, Nigéria e Honduras. No México, a corrupção generalizada entre aqueles encarregados da aplicação da lei, o judiciário e o sistema político resultou apenas em investigações superficiais em dezenas de casos em que jornalistas foram assassinados ou desapareceram durante a cobertura das atividades criminosas de cartéis de drogas. O uso da violência para eliminar ou intimidar qualquer um que fica no caminho da impunidade também está em jogo no México, sétimo país do mundo em número de casos não resolvidos de crimes que atingiram jornalistas de acordo com o Índice Global de Impunidade do CPJ. Em um caso desconcertante, tanto o investigador federal titular e seu substituto que trabalhavam no assassinato do repórter policial veterano Armando Rodríguez Carreón foram assassinados. Homens armados dispararam contra Rodríguez em seu carro, na frente de sua filha de 8 anos de idade, em novembro de 2008.

A batalha para resolver esses problemas sistêmicos não é fácil, mas estratégias têm surgido. O México aprovou recentemente

uma legislação que permite às autoridades federais investigar os ataques contra jornalistas em vez da polícia local, mais susceptível de se tornar cúmplice ou ser influenciada pelos grupos criminosos que dominam suas áreas. Nas Filipinas, organizações de defesa da liberdade de expressão apresentaram conjuntamente recomendações ao Departamento de Justiça em 2010. Elas incluem: o fortalecimento do Programa de Proteção à Testemunha; formação de equipes de resposta com participação do governo, da mídia e representantes de ONGs para investigar assassinatos de jornalistas; e revisão das regras dos tribunais que deve, nas palavras de Melinda Quintos De Jesus, diretora do Centro para a Liberdade da Mídia e Responsabilidade, "raspar as cracas antigas de um sistema judicial que parece existir apenas para o benefício dos advogados".

Vai levar tempo para que tais medidas, ainda que sejam integralmente aprovadas e aplicadas, venham a fazer a diferença. Nesse ínterim, o monitoramento local e internacional sobre o julgamento de Maguindanao deve ser mantido, disse Prima Quinsayas, que acrescentou: "Perdê-lo no radar público é ser derrotado pelos processos demorados, que é uma das características da cultura de impunidade nas Filipinas."

Poucos países possuem mais ingredientes do que o Paquistão

para promover um clima de impunidade. A nação e seus meios de comunicação sofrem habitualmente violência cometida pelos bem armados militantes extremistas e grupos políticos, juntamente com organizações criminosas. Sua política é turbulenta e suas instituições judiciais fracas. Com uma história de disputas entre a mídia e o governo, a vontade política pode ser facilmente questionada. Ataques mortais e que visam provocar danos significativos contra a mídia são frequentes. Pelo menos 23 jornalistas foram assassinados entre 2004 e 2013, e até este ano, o Paquistão tinha um registro irretocável de impunidade nesses casos.

Então veio a notícia no início de março 2014 de que o Tribunal Antiterrorismo Kandhkot condenou seis suspeitos do assassinato do popular apresentador de televisão Wali Khan Babar. Babar, um apresentador de notícias da Geo TV, foi assassinado a caminho do trabalho para casa, em Karachi, em 13 de janeiro de 2011. Quatro homens foram condenados à prisão perpétua; dois outros, a quem a polícia não tinha conseguido prender, foram condenados à morte in absentia. Mas a justiça está longe de ter sido feita. Além dos dois suspeitos que continuam foragidos, ninguém foi processado por ter ordenado o crime. Embora o caso representa uma espécie de vitória para os jornalistas paquistaneses, é uma vitória sombria. "Ao mesmo tempo, nós preferimos não ser parabenizados por ter perdido um jornalista", Shahrukh Hasan, diretor do Grupo Jang, que é proprietário da Geo TV, disse ao CPJ durante uma visita à emissora em março deste ano.

Os motivos reais por trás do assassinato de Babar não foram revelados, mas vários suspeitos condenados no assassinato de Khan estão ligados ao movimento de Muttahida Qaumi, um partido político que exerce imenso poder em Karachi. Em um relatório especial do CPJ, em 2013, a jornalista Elizabeth Rubin constata a impunidade no Paquistão da violência cometida

contra a imprensa, incluindo este caso, concluindo que o trabalho de Babar para a Geo o tinha colocado em conflito com o partido.

Os assassinos de Babar chegaram a limites impensáveis para se proteger, e o caminho para a justiça tem levado a choques sangrentos. Nos três anos que se passaram entre o assassinato e a condenação, pelo menos cinco pessoas ligadas à investigação e à repressão do crime foram assassinadas. Esses crimes incluíram um informante, encontrado morto em um saco duas semanas depois do assassinato, dois policiais que trabalharam no caso, o irmão de um chefe de polícia local, possivelmente atingido como um aviso, e uma testemunha ocular, alvejada a tiros dias antes de seu depoimento. Dois promotores que trabalharam no caso foram para o exílio devido a ameaças.

Em algum momento, o caso chamou a atenção do primeiro-ministro Nawaz Sharif, que assumiu o cargo após as eleições gerais em 2013. O ministro do Interior da Província de Sindh lembrou em uma reunião com o CPJ que o primeiro-ministro começou a fazer convocações para verificar o andamento do caso. Em setembro de 2013, o então Chefe de Justiça do Paquistão Iftikhar Muhammad Chaudhry criticou severamente as instituições encarregadas de aplicar a lei em Karachi, em uma audiência, exigindo um relatório sobre as suas falhas no caso Babar. Durante todo o tempo, a Geo TV, naquela época uma das maiores e mais populares emissoras do país, manteve os holofotes da mídia sobre o caso.

Grupos de defesa da liberdade de imprensa no Paquistão fizeram uma campanha vigorosa para chamar a atenção sobre os casos de Babar e de dezenas de outros jornalistas mortos no cumprimento do dever. A atenção internacional também foi mobilizada. No início de 2013, as Nações Unidas começaram a implementar o seu Plano de Ação sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade interinstitucional, que elegeu o Paquistão como um país foco. O plano, elaborado pela UNESCO, exorta os Estados a tomarem medidas para melhorar as investigações e procedimentos penais nos casos de assassinatos de jornalistas e, entre outras medidas, melhorar a segurança dos jornalistas.

A família de Babar também se recusou a deixar que as coisas ficassem por isso mesmo. Seu irmão, Murtaza Khan Babar, contratou advogados para auxiliar a acusação, mas as ameaças levaram dois deles a deixar o país. Outro foi assassinado. Ele gastou 1,5 milhões de rúpias paquistaneses (cerca de US\$ 15.000 ou R\$ 6,224,00), em um país onde o salário médio anual é de pouco mais de US\$ 3.000 ou R\$ 1.244,00. "Meu negócio foi prejudicado. Vendi minha casa", lembrou o irmão de Babar, que também teme por sua própria segurança, enquanto alguns dos suspeitos permanecem livres.

Suas petições e a imensa pressão em torno desse tumultuado caso levaram a uma mudança do local do julgamento de Karachi para um tribunal antiterrorismo em Shikarpur, onde a poderosa rede de apoio ao acusado tinha menos alcance e influência. Tribunais antiterroristas aceleraram o processo judicial e oferecem um ambiente mais protegido. Embora tardiamente para influenciar diretamente o caso Babar, a Assembleia Provincial

de Sindh aprovou uma legislação para estabelecer um programa formal de proteção a testemunhas no final de 2013. O veredicto que se seguiu lançou as bases para o Paquistão reverter seu histórico de impunidade. "Agora, qualquer pessoa que tenha a intenção de matar jornalistas vai pensar 10 vezes", disse Murtaza Khan Babar.

Os elementos por trás dessa condenação revelam as estratégias que podem ser eficazes no combate à impunidade. A transferência do local do julgamento para garantir um processo justo e uma maior proteção das testemunhas tem sido usado para garantir condenações em outros casos. Nas Filipinas, o Fundo de Liberdade para Jornalistas Filipinos, com a ajuda de promotores privados, solicitou com sucesso mudanças no local do julgamento dos acusados de matar Marlene Garcia-Esperat e outros casos que terminaram com condenação de suspeitos-chave. Uma intensa cobertura midiática pela TV Globo do Brasil após traficantes terem sequestrado e assassinado seu repórter Tim Lopes, em 2002, pressionando as autoridades para conseguir justiça completa, também galvanizou a mídia do Brasil para iniciar uma luta contra a impunidade que continua até hoje. Os sacrifícios e a determinação dos membros da família, como Murtaza Khan Babar e Myroslava Gongadze, são indispensáveis. Em primeiro lugar, o apoio das lideranças mais elevadas é o que permite que se faça ou não justiça.

A delegação do CPJ visitou o Paquistão em março de 2014, logo após o veredicto e abordou o caso Babar em reuniões com o primeiro-ministro Sharif e outros funcionários do governo. Todos eles concordaram que o processo ofereceu lições a serem aprendidas e uma oportunidade para o Paquistão passar de um comportamento reprovável para modelar nesta questão. Sharif assumiu vários compromissos durante a reunião que, se implementados, poderiam sustentar o impulso dado pelo julgamento. Eles incluem o estabelecimento de uma comissão conjunta de membros do governo e jornalistas para tratar dos contínuos ataques contra jornalistas e da impunidade; alteração dos locais de julgamento em outros casos; e a expansão de programas de proteção a testemunhas. O ministro da Informação do Paquistão, Pervaiz Rasheed, disse que o governo iria indicar os dois promotores especiais estaduais e federais para investigar crimes contra jornalistas.

Seria grosseiramente incorreto dizer que foi virada uma nova página no tocante à impunidade no Paquistão. O governo ainda não cumpriu essas promessas. A Justiça não tratou dos casos das testemunhas e promotores que foram mortos no curso do julgamento de Babar, e permanece sem dar respostas em outros assassinatos de jornalistas. Em muitos aspectos, a situação piorou no Paquistão desde o veredito e a visita do CPJ. Houve vários novos ataques, incluindo o assassinato do experiente âncora da Geo News Hamid Mir. E o governo tem assediado os meios de comunicação do Grupo Jang após suas afirmações de que o Serviço de Inteligência Interna do Paquistão perpetrou o ataque a Mir. Mas o caso de Babar oferece um vislumbre, ainda que breve, de um futuro em que a justiça é possível, mesmo nos ambientes mais hostis à imprensa. ■



A jornalista russa Natalya Estemirova, que foi assassinada em 2009, tinha feito muitos inimigos entre a cúpula chechena. Seus colegas têm pressionado para que sejam investigadas as lideranças chechenas como potenciais mentoras. **REUTERS/DYLAN MARTINEZ**

O Assassinato não Resolvido de Natalya Estemirova

O aparato de segurança bem desenvolvido da Rússia tem capacidade investigativa e judicial para processar os suspeitos em 14 assassinatos não resolvidos de jornalistas que ali ocorreram na última década, pelo menos é o que diz seu próprio chefe. Em um anúncio televisionado em janeiro de 2014, o presidente do Comitê Investigativo Aleksandr Bastrykin se gabou de que 90 por cento dos homicídios na Rússia são resolvidos. É verdade que o Kremlin tem feito progressos, embora demorados, com condenações no caso de Anna Politkovskaya. No entanto, em outros casos nos quais os jornalistas são vítimas, as investigações têm uma tendência a não dar em nada, particularmente quando elas apontam para suspeitos politicamente desconfortáveis. Poucos casos revelam mais este padrão do que o assassinato da proeminente defensora dos direitos humanos e jornalista Natalya Estemirova.

Cinco anos se passaram sem que houvesse justiça desde o assassinato de Estemirova, colaboradora do jornal independente Novaya Gazeta e advogada do grupo de direitos humanos Memorial, com sede em Moscou. Em vez de prisões, transparência, ou um julgamento, houve inconsistências, teorias questionáveis e evidências negligenciadas.

Estemirova foi sequestrada perto de sua casa, em Grozny, na Chechênia, na manhã de 15 de julho de 2009. Poucas horas depois, o corpo dela, com ferimentos de bala no peito e na cabeça, foi encontrado abandonado perto da rodovia federal Moscou-Baku na região vizinha da Inguchétia. A reação do então presidente da Rússia Dmitry Medvedev ao assassinato foi rápida. O chefe do Comitê de Investigação da Federação Russa assumiu a investigação sob sua supervisão pessoal. Igor Sobol, um

EM 2011, OS COLEGAS DE ESTEMIROVA PUBLICARAM UM RELATÓRIO QUE DESTACA AS DISCREPÂNCIAS NO INQUÉRITO OFICIAL DO ASSASSINATO, INCLUINDO PROVAS RETIRADAS DO CARRO SUPOSTAMENTE USADO NO CRIME QUE NÃO MOSTRARAM NENHUM SINAL DE LUTA.

investigador especial com acesso à estrutura do comitê central, foi designado para liderar a investigação de assassinato.

Inicialmente, os investigadores seguiram várias linhas de investigação, incluindo a possibilidade de que Estemirova tivesse sido morta por policiais chechenos em razão de suas reportagens sobre abusos de direitos humanos em que eles estavam implicados. No entanto, a versão que os investigadores têm focado culpa os militantes chechenos, que teriam assassinado Estemirova "para desacreditar as estruturas do governo da República da Chechênia", de acordo com o arquivo do processo criminal – uma teoria que não se sustenta mediante uma análise mais rigorosa.

Nessa versão, o motivo para o assassinato da jornalista seria uma reportagem não assinada publicada pelo Memorial apontando para o líder rebelde Alkhazur Bashayev, morador da aldeia chechena de Shalazhi, como um recrutador de novos combatentes. Segundo os investigadores encarregados do caso, Bashayev, enquanto estava em fuga com um grupo de militantes nas montanhas da Chechênia, leu o relatório identificando Estemirova como a autora da reportagem, soube de seu paradeiro, raptou-a numa manhã na presença de testemunhas oculares, levou-a para fora da República, passando por diversos postos policiais na fronteira, e a teria executado na Inguchétia, uma escolha curiosa, se o objetivo da Bashayev, como alegado pelos investigadores, era desacreditar o governo da Chechênia.

As acusações contra Bashayev baseiam-se na arma do crime, uma pistola pneumática remodelada para disparar balas padrão, que foi encontrado em circunstâncias estranhas na casa abandonada de Bashayev na aldeia de Shalazhi, junto com um cartão de identificação da polícia com a foto da Bashayev. Peritos forenses policiais mais tarde constataram que a ID foi falsificada e que a imagem de Bashayev tinha sido fixada na mesma.

Em 2011, os colegas de Estemirova do Memorial, da Novaya Gazeta, e da Federação Internacional para os Direitos Humanos publicaram uma investigação independente intitulada "Dois anos depois do assassinato de Natalya Estemirova: Investigação no caminho errado." O relatório destacou discrepâncias no inquérito oficial sobre o assassinato, incluindo provas retiradas do carro supostamente usado no assassinato, que não mostrou nenhum sinal de luta e a falta súbita de vontade de examinar melhor o papel da polícia na Chechênia, cujo envolvimento em uma execução pública estava sendo investigado antes do assassinato de Estemirova.

De acordo com os materiais que foram colocados à disposição da família, no início do inquérito, os investigadores obtiveram

DNA de debaixo das unhas de Estemirova – que aparentemente tinha lutado contra seus sequestradores e assassinos. Testes de DNA mostraram que pertenciam a quatro pessoas, que ainda têm de ser identificadas. Essa pista, no entanto, nunca foi totalmente seguida. Colegas de Estemirova apuraram mais tarde, por meio de uma investigação independente, que nenhuma das amostras de DNA coletadas de unhas de Estemirova combinava com o DNA do principal suspeito dos investigadores, Alkhazur Bashayev.

Estemirova fez muitos inimigos entre a elite chechena, pessoas que têm o apoio do atual presidente e então primeiro-ministro Vladimir Putin, e colegas dela têm pressionado para que lideranças chechenas sejam investigadas como potenciais autores intelectuais. Em um comunicado publicado on-line no momento do assassinato de Estemirova, o Diretor do Memorial, Oleg Orlov, disse que o presidente da Chechênia, Ramzan Kadyrov, tinha ameaçado a jornalista. "Ramzan já ameaçou Natalya, a insultava, e a considerava sua inimiga pessoal. Ele tornou impossível o trabalho dos ativistas de direitos na Chechênia", disse Orlov.

Kadyrov negou a responsabilidade e processou Orlov por difamação.

Os colegas de Natalya Estemirova passaram cinco anos desafiando a chefia da investigação oficial. Eles fizeram alguns progressos ao convencer o Comitê de Investigação a averiguar os policiais chechenos por cumplicidade potencial no assassinato. Após 2011, o relatório independente foi encaminhado ao presidente Medvedev e ao Comitê de Investigação, o investigador principal Sobol emitiu cerca de 20 mandados para obtenção de amostras de sangue de policiais chechenos para comparar com as amostras de DNA – principalmente dos policiais cujos nomes Estemirova havia mencionado em suas reportagens sobre sequestros, torturas e execuções públicas.

Lamentavelmente, a eficiência dos esforços da comissão termina aí. Representantes da vítima tiveram negado o acesso aos arquivos completos do caso desde que a investigação começou. Notícias oficiais sobre a evolução das investigações têm sido escassas, a mais recente data de julho de 2013 e afirmava que os investigadores ainda acreditavam que o militante checheno Bashayev era o único suspeito do assassinato. O caso Estemirova não está na lista de casos de alta prioridade publicada no site do Comitê Investigativo, e, evidentemente, não está mais sob a supervisão pessoal do Comitê Investigativo do Presidente Bastrykin.

Em julho de 2014, nenhum alto funcionário russo manifestou-se publicamente a respeito do quinto aniversário deste assassinato monstruoso de uma jornalista. ■



Uma mulher segura identificações de imprensa com os nomes de jornalistas mortos no México. **REUTERS / ALEJANDRO ACOSTA**

Medidas que Dão Certo E as que Não Dão Certo

Em 3 de maio de 2011, representantes do CPJ viajaram ao Paquistão para levantar questões sobre os crescentes ataques contra jornalistas lá e o alto índice de impunidade do país. Foi um momento dramático: No dia anterior, as forças norte-americanas haviam matado Osama bin Laden perto dali, em Abbottabad. Mas o presidente do Paquistão, Asif Ali Zardari manteve seu compromisso e se reuniu com o CPJ para discutir o crescente número de jornalistas paquistaneses assassinados por causa de seu trabalho, e a ausência de incriminação dos agressores.

Zardari assumiu sólidos compromissos na reunião. "A proteção dos jornalistas está no meu mandato", ele disse à delegação. Zardari pediu ao ministro do Interior para dar informações detalhadas sobre o estado dos processos pendentes e ordenou aos membros do seu gabinete para trabalhar com o Parlamento para desenvolver nova legislação sobre o fortalecimento da liberdade de imprensa.

De então, outros 11 jornalistas foram assassinados no Paquistão. Apenas algumas semanas após a reunião, o corpo do jornalista investigativo Saleem Shahzad foi encontrado com sinais de tortura, vítima, sugerem as ameaças anteriores contra

ele, do diretório de Serviços de Inteligência do Paquistão. Nem Zardari nem os membros de seu gabinete deram as prometidas informações de acompanhamento, nem foram aprovadas leis para mitigar a constante enxurrada de ameaças sofridas por jornalistas no Paquistão.

O CPJ retornou ao Paquistão quase três anos depois e desta vez se reuniu com o primeiro-ministro Nawaz Sharif. Sharif prontamente reconheceu que o Paquistão tinha dificuldades na hora de prevenir ou punir ataques violentos contra jornalistas. Ele concordou em aceitar várias propostas do CPJ para combater a impunidade, inclusive instituir um promotor especial. Ele até contribuiu com uma ideia sua de criar uma comissão conjunta formada pelo governo, sociedade civil e mídia para rever casos não resolvidos e outras ameaças à liberdade de imprensa. Estes compromissos em grande parte não foram adiante.

Reuniões do CPJ com os principais líderes do Paquistão e de outros países com baixos índices de resolução de assassinatos de jornalistas refletem um padrão familiar: Compromissos assumidos por esses governos em grande parte não são cumpridos. Anos de intenso ativismo por grupos de liberdade de

imprensa, organizações de direitos humanos e jornalistas de todo o mundo transformaram a questão da violência letal contra a imprensa em algo que os governos agora passaram a reconhecer. Muitos, como a liderança do Paquistão, prometeram abordar o assunto. O que falta em geral é o passo seguinte: entrar em ação.

O CPJ suscitou promessas semelhantes em outros lugares. Em 2008, o presidente Masoud Barzani, presidente do Governo Regional do Curdistão, prometeu à delegação visitante do CPJ que iria "criar um ambiente propício para o jornalismo." Em 2014, quando uma equipe do CPJ revisitou o Curdistão, uma série de novos ataques havia ocorrido, incluindo o assassinato de dois jornalistas e o incêndio criminoso em uma estação de TV, todos impunes. "O governo, desde o presidente até o primeiro-ministro e todas as suas ramificações, leva esses casos a sério e fará tudo o que puder para garantir justiça", disse o ministro do Interior Karim Sinjari à segunda delegação do CPJ.

Outros grupos tiveram decepções semelhantes. No Iraque, o governo prometeu à Federação Internacional de Jornalistas (IFJ, por sua sigla em inglês) estabelecer câmaras especiais em consulta com o sindicato dos jornalistas para investigar os assassinatos de jornalistas. "Isso ainda falta acontecer", disse ao CPJ Ernest Sagaga, chefe de direitos humanos e segurança da IFJ.

Nas Filipinas, os ativistas da liberdade de imprensa ficaram desapontados porque apesar das repetidas promessas para agir fortemente contra a impunidade e a violência contra os meios de comunicação, o presidente Benigno Aquino III fez poucas mudanças. Ao menos oito jornalistas foram mortos por razões relacionadas com o trabalho nas Filipinas desde a eleição em 2010. "Não estávamos esperando nenhum milagre" de Aquino, "ou que, de repente, tudo estaria bem e certo, mas esperávamos que ele ao menos iniciasse as reformas necessárias para liderar o caminho para a justiça", disse Rowena Paraan, presidente do Sindicato Nacional de Jornalistas das Filipinas. "Mas ele não fez isso."

Nem sempre os funcionários estavam dispostos sequer a tomar conhecimento e discutir formas de lidar com a impunidade em seus países.

Na Rússia, por exemplo, levou três missões do CPJ para conseguir que as autoridades sentassem e discutissem o alto número de assassinatos impunes por lá. As promessas feitas a uma delegação em 2009, para demonstrar o progresso em cada caso apresentado pelo CPJ, não foram cumpridas. Mas em vários casos houve uma notável mudança, incluindo condenações em três casos, embora em nenhum deles os perpetradores dos crimes tivessem sido penalizados.

A Associação Interamericana de Imprensa abriu o caminho para grupos de liberdade de expressão, quando começou sua campanha regional de impunidade, há quase duas décadas. O diretor da campanha, Ricardo Trotti, lembrou as primeiras dificuldades para tornar a impunidade relativa a ataques a jornalistas um motivo de preocupação geral. "No início de nossa campanha em 1995, o debate sobre impunidade não era público e as autoridades não se importavam", disse ele. Anos de "constantes sermões", sob a forma de relatórios, missões, campanhas de conscientização pública e o uso do Sistema Interamericano

de Direitos Humanos ajudaram a colocar a questão na ordem do dia, disse ele. "Graças a isso, os governos se sentiram mais pressionados a responder."

"Começou a haver mais leis sobre proteção dos jornalistas, foram criadas promotorias especiais, a questão se tornou federal no México, aumentaram as penalidades nos códigos penais e alguns crimes foram declarados crimes contra a humanidade", disse Trotti. "Evidentemente, não chegamos à perfeição, ou até muito menos, mas conseguimos mecanismos legais e judiciais muito úteis."

Em alguns países, a luta para obter dos governos reconhecimento e atenção à violência contra a imprensa e à impunidade, tem sido mais frustrante. Edetaen Ojo, diretor-executivo do grupo de liberdade de imprensa nigeriana Media Rights Agenda, observou que os altos escalões do governo dão pouca publicidade à questão, e muito menos tentam resolvê-la. "Não houve regulamento, medidas legislativas ou administrativas postos em prática durante este período para resolver a situação", disse Ojo.

"Impunidade Zero" é o objetivo declarado da presidente brasileira, Dilma Rousseff. Em maio de 2014, uma delegação internacional liderada pelo CPJ se reuniu com Dilma Rousseff e ministros de Justiça, Direitos Humanos e Comunicação Social, em Brasília. Eles apresentaram conclusões e recomendações do "Segundo Tempo para a Imprensa Brasileira: A justiça prevalecerá sobre a censura e violência?", um relatório especial do CPJ. Na reunião, Dilma disse: "O governo federal está plenamente empenhado em continuar a luta contra a impunidade nos casos de jornalistas mortos".

A luta do Brasil pode demorar. Apesar de sua posição como uma das maiores economias do mundo, com uma imprensa diversificada e vibrante, o anfitrião da recente Copa do Mundo ainda se classifica como o 11º país mais mortal do mundo para os jornalistas. Pelo menos 27 jornalistas foram assassinados no Brasil em represália direta por seu trabalho, desde que o CPJ começou a registrar os assassinatos em 1992. Dez destes homicídios ocorreram depois que Dilma chegou ao poder no início de 2011, segundo pesquisa do CPJ.

Embora o Brasil tenha feito recentemente progressos impressionantes em condenações, o país se classificou em 11º lugar no Índice Global de Impunidade de 2014 do CPJ, com nove assassinatos não resolvidos para o período 2004-13 coberto pela pesquisa. Funcionários do governo são os principais suspeitos na maioria dos casos. O problema da violência e da impunidade é mais extremo no caso de jornalistas do interior do que para seus colegas que trabalham em áreas urbanas. Os assassinos frequentemente visam jornalistas que cobrem corrupção, crime, ou política, como Rodrigo Neto, baleado em março de 2013. Muitas vezes as investigações identificam os agressores, mas só esporadicamente eles são processados.

Em "Segundo tempo para a imprensa brasileira," o CPJ informou que a justiça para muitos jornalistas brasileiros que foram alvos por seu trabalho tem sido "vacilante e incompleta." O relatório cita vários casos em que intensas investigações levaram a prisões. Mas os membros da família e colegas das vítimas, segundo o relatório,



A polícia brasileira vê manifestantes protestarem contra o assassinato de um jornalista em 2002. O banner diz: "Chega de violência, exclusão e impunidade." AP/DARIO LOPEZ-MILLS

acham que "a cadeia de prestação de contas se quebra ao chegar ao Poder Judiciário", muitas vezes devido à corrupção.

Em um caso de assassinato, Edinaldo Filgueira, fundador e diretor do Jornal O Serrano, no nordeste da Serra do Mel, frequentemente denunciava o governo da cidade em seu blog. Ele foi baleado seis vezes por três homens não identificados em frente da redação em 15 de junho de 2011. Foi designado um investigador especial para o caso, e os resultados iniciais foram animadores. Em dezembro de 2013, sete homens foram condenados por planejar e participar do crime, incluindo o atirador. Outro homem, Josivan Bibiano, prefeito de Serra do Mel no momento da morte de Filgueira, foi acusado de ser o mandante do crime. Ele foi preso duas vezes, mas liberado mais tarde em uma decisão considerada irregular pelos críticos. Não há nenhuma indicação de que ele será julgado.

Grupos de defesa da liberdade de expressão, nacionais e internacionais, como a Associação Brasileira de Jornalistas Investigativos, a ABRAJI, têm condenado a justiça falha e a falta de proteção aos jornalistas no Brasil, com campanhas por uma forte resposta do governo. Outros colegas formaram movimentos populares em torno dos casos de Rodrigo Neto e Filgueira. No caso de Filgueira, uma comunidade local de blogueiros formou um Dia Nacional dos Blogueiros em sua homenagem para manter vivo o caso aos olhos do público. A imprensa de Minas Gerais,

estado natal de Rodrigo Neto, fundou o Comitê Rodrigo Neto após seu assassinato e o de Walgney Assis Carvalho, fotógrafo do mesmo jornal, o Vale do Aço. O comitê pressionou as autoridades para um julgamento completo dos casos.

A pressão deu resultados.

No final de 2012, a administração de Dilma Rousseff, que tenta a reeleição este ano, formou um grupo de trabalho para investigar agressões à imprensa e preparar recomendações ao governo federal. O grupo inclui várias organizações da sociedade civil, conselheiros presidenciais, e ministérios das Comunicações e da Justiça. O relatório, publicado em março de 2014, documentou 321 casos de assassinato, sequestro, assalto, ameaças de morte, detenções arbitrárias e assédio, de 2009 a 2014. Também deu amplas recomendações ao Executivo, Legislativo e Judiciário do governo federal, abordando combate à impunidade, bem como proteção.

O grupo recomendou que o Ministério dos Direitos Humanos e o Ministério da Justiça criassem um observatório nacional sobre violência contra jornalistas em cooperação com agências locais da UNESCO e do Centro de Informação das Nações Unidas para relacionar as violações à imprensa e criar um sistema de inspeções e soluções. Também pediu ao Congresso que providenciasse a participação da Polícia Federal nas investigações de crimes contra a liberdade de expressão, particularmente nos casos em que há indícios de omissão, lapso, ou cumplicidade das autoridades locais. Além da proposta do grupo de trabalho, um projeto de lei tramitando pelo Congresso visa acelerar processos através do sistema judiciário.

Mais significativamente, houve um aumento de condenações no Brasil. Em 2013, os tribunais do Brasil condenaram os autores em três casos de assassinatos de jornalistas, mais do que qualquer outro país em um único ano na última década. Além da justiça parcial feita no ano passado no caso de Filgueira, uma pena de prisão de 27 anos foi imposta ao assassino do repórter criminal Francisco Gomes de Medeiros, baleado cinco vezes na frente de sua casa em 2010. O mandante do assassinato em 2002 do dono de jornal, editor e colunista Domingos Sávio Brandão Lima Júnior, também foi condenado em 2013. Em 2014, dois homens foram condenados pelo assassinato em 2012 do jornalista e blogueiro Décio Sá.

Na reunião de maio, com o CPJ, a presidente Dilma Rousseff se comprometeu a combater a impunidade na Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro. Se o Brasil conseguir pôr em prática exaustivamente as recomendações do grupo de trabalho, e continuar a garantir o cumprimento das penas, vai mostrar que os compromissos do Estado nem sempre são vazios, e estabelecer um modelo para outros países cumprirem os seus.

O Brasil não é o único país a considerar a ação federal para processar os assassinatos de jornalistas. Do México à Somália, os governos têm respondido à pressão para conter a impunidade através de ações como legislação, criação de forças-tarefa, nomeação de promotores especiais e criação de comissões. Estes se reuniram com variados graus de êxito. Alguns empreendimentos abriram novas portas sobre casos antigos; alguns foram bem con-

cebidos, mas tinham poucos recursos; outros eram pouco mais do que um meio para desviar críticas.

Em poucos lugares um mecanismo eficaz seria mais bem-vindo do que na Somália, o segundo pior país do mundo, depois do Iraque, na solução de assassinatos de jornalistas. Em 2012, o anúncio feito pelo presidente da Somália, Hassan Sheikh Mohamud, prometendo uma nova força-tarefa para investigar todos os casos que envolvem o homicídio de jornalistas, deu alguma esperança durante um ano sombrio, em que 12 jornalistas foram assassinados. Este tipo de pressão por parte do governo para mobilizar a polícia da Somália é extremamente necessário, disse o jornalista independente somali, Abukar Albadri. "A polícia não costuma visitar a cena do crime para iniciar uma investigação", disse ele. "Não estão interessados em investigar o assassinato de um jornalista."

Dois anos depois, no entanto, há pouco para mostrar. Em apenas um dos 27 casos de jornalistas assassinados na Somália desde 2005, os agressores foram condenados. As autoridades executaram um suspeito do assassinato de Hassan Yusuf Absuge, em 2012, embora a falta do devido processo legal no caso, tenha levado muitos a ver o desdobramento com preocupação.

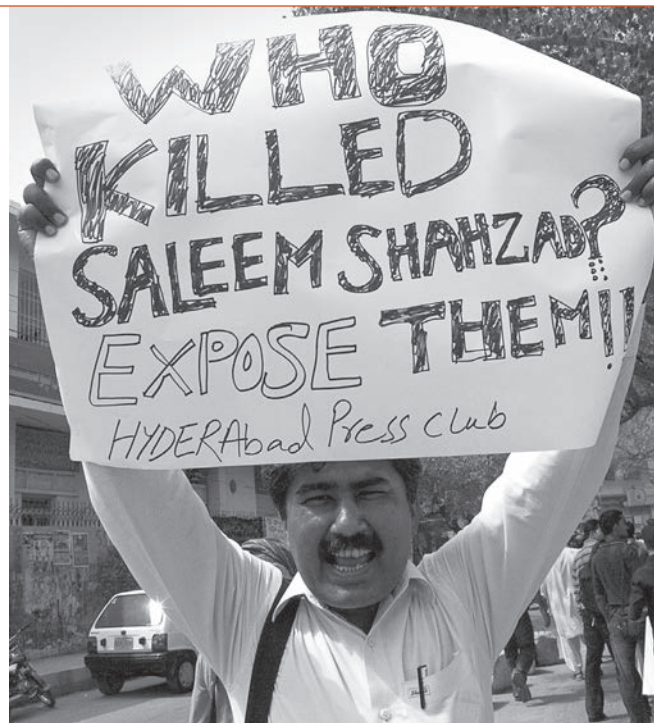
De acordo com um representante do Governo, a força-tarefa foi formada, mas não tem dinheiro para operar. "A força-tarefa foi criada no ano passado e realmente investigou alguns casos; no entanto, devido à falta de orçamento e financiamento, ficou difícil trabalhar de forma eficiente", disse Abdirahman Omar Osman, consultor sênior de mídia e de comunicação estratégica para o governo da Somália. "Ainda existem, mas não conseguem funcionar sem recursos".

Osman notou a falta de ajuda internacional, apesar das promessas do Reino Unido e de outros países para aumentar a ajuda para a criação de instituições na Somália. "Não existe nenhum tipo de financiamento a este respeito por parte dos parceiros internacionais", disse ele, "e falta experiência neste campo".

Albadri, no entanto, disse que o governo poderia demonstrar maior vontade política e responsabilidade. "Nunca recebemos um relatório do governo, onde a polícia ou o ministério da Informação explicassem os pormenores relacionados com as investigações", disse ele. "Promessas não funcionam se o governo não mandar a polícia levar o assunto a sério e investigar os casos e processar os supostos culpados".

Nas Filipinas, enquanto isso, o governo nos últimos anos estabeleceu uma série de forças-tarefa sob a Polícia Nacional das Filipinas, mas foram criticadas como "inúteis" pela União Nacional de Jornalistas das Filipinas. Os defensores lá sugerem que uma melhor abordagem seriam equipes de resposta rápida que incluíssem sociedade civil e representação do governo, e que pudessem ser despachadas imediatamente após um ataque.

O estabelecimento de um órgão de investigação dedicado a casos específicos pode trazer resultados, mas não quando os seus resultados são insignificantes ou obscuros. Depois que os meios de comunicação paquistaneses protestaram amplamente contra o assassinato de Saleem Shahzad, o governo abriu uma comissão de inquérito. Shahzad, que tinha escrito sobre supostas



Um jornalista paquistanês segura uma placa pedindo que os assassinos de Shahzad Saleem sejam levados à justiça. Shahzad, que foi morto em 2011, tinha escrito sobre supostas ligações entre a Al-Qaeda e a Marinha paquistanesa pouco antes de sua morte. **AP/PERVEZ MASIH**

ligações entre o Al-Qaeda e a Marinha paquistanesa antes de seu desaparecimento em maio de 2011, havia recebido ameaças dos Interserviços de Inteligência do Paquistão. O relatório da comissão, publicado em 2012, incluiu fortes recomendações para incutir uma maior responsabilidade na conduta das agências de inteligência do Paquistão, mas não conseguiu identificar nenhum responsável pelo crime.

Embora infelizmente inconclusiva, a comissão Shahzad avançou um passo no inquérito judicial formado em resposta ao sequestro de 2006 e assassinato do jornalista paquistanês Hayatullah Khan. Apesar dos repetidos apelos de grupos de liberdade de imprensa nacionais e internacionais, esse relatório nunca se tornou público.

Em outro caso de uma comissão que não produziu resultados, o presidente Masoud Barzani do Curdistão iraquiano anunciou a nomeação de uma comissão para investigar o assassinato de um conhecido estudante de jornalismo, Sardasht Osman, sequestrado e morto em 2010. Desde então não foram divulgados detalhes sobre a composição da comissão, ou as suas conclusões. O CPJ pediu a divulgação completa das atividades do comitê em um relatório especial sobre a impunidade no Curdistão, e em reuniões com funcionários do governo este ano.

A Colômbia estabeleceu uma subunidade especial sob o Ministério Público para conduzir investigações sobre crimes cometidos contra jornalistas, mas isso não resultou em processos mais eficazes ou eficientes, concluiu o CPJ. No entanto, a controversa Lei de Justiça e Paz, de 2005, que concede

clemência aos membros de grupos armados ilegais em troca de desmobilização e confissões completas de seus crimes, ajudou a estabelecer a verdade em alguns casos mais antigos, e levou a uma condenação no assassinato em 2003 do comentarista de rádio José Emeterio Rivas.

Em situações em que a impunidade é alimentada pela corrupção, conluio, ou falta de recursos por parte das autoridades locais e provinciais, muitos buscam modelos que permitam a agências nacionais investigar quando um jornalista é vítima de violência. Isso tem sido incentivado no Brasil e no México. Neste último, os legisladores aprovaram legislação em abril de 2013 apoiando a promulgação de uma emenda constitucional que dá competência a autoridades federais para julgar crimes contra jornalistas. Embora a lei seja vista como um passo importante para melhorar a liberdade de imprensa no México, em sétimo lugar no Índice de Impunidade do CPJ em 2014, houve pouco resultado até agora.

Sob as novas atribuições, a Procuradoria Especial do México para Crimes Cometidos Contra a Liberdade de Expressão, conhecida como a fiscalía, pode reivindicar o controle de investigar crimes cometidos por razões que têm a ver com a prática de jornalismo. Mas os jornalistas disseram ao CPJ que a procuradoria é lenta no exercício desse poder.

Eles chamam a atenção para o caso de Gregorio Jiménez de la Cruz, que foi sequestrado de sua casa em 5 de fevereiro de

2014, em Veracruz. Jiménez havia escrito artigos sobre temas sensíveis, como os abusos contra trabalhadores migrantes, mas a promotoria federal não interveio porque, segundo disse, não definiu o jornalismo como motivo. Os defensores da liberdade de imprensa disseram que este é um passo que deve vir mais tarde, quando ocorrer uma investigação efetiva. "Se a gente tomar a opção de investigar para ver se ele está relacionado com o jornalismo, vamos perder tempo", disse Javier Garza Ramos, jornalista do México, também especializado em treinamento de segurança e proteção para os meios de comunicação.

A Procuradora Especial Laura Borbolla disse ao CPJ em entrevista que tem sido difícil obter informações das autoridades em Veracruz. "O que eu acredito é que eles estão protegendo a imagem política", disse ela. "Isto, sem dúvida, prejudica qualquer investigação ou coordenação".

Há muita coisa a ser feito quanto à capacidade do México de fazer este programa funcionar, não apenas para os próprios jornalistas, mas também para as comunidades de mídia em outros países, desesperadas para provar que é possível quebrar os ciclos de violência e impunidade. Uma autoridade local, que trabalha com uma organização internacional, observou: "Se a fiscalía começar a obter condenações no tribunal, será um recado de que a tendência está retrocedendo ou pode ser revertida. Isso é algo que qualquer Estado ou qualquer governo vai perceber e entender". ■

Novo Começo para Velhas Questões de Assassinatos na Sérvia

Slavko Curuvija foi morto há 15 anos, mas Veran Matic, veterano jornalista de mídia independente da Sérvia, não esquece.

Curuvija, dono de um influente jornal independente na então Iugoslávia, foi baleado nas costas por dois homens, no dia 11 de abril de 1999, na frente de seu prédio. Curuvija era bem conhecido por suas críticas ao presidente Slobodan Milosevic, e havia evidências implicando os serviços secretos de Milosevic na ofensiva, mas ninguém foi incriminado. Também não foram resolvidos outros assassinatos de jornalistas na então Iugoslávia, incluindo a agressão fatal, em 2001, ao jornalista especializado em casos criminais, Milan Pantic, e a morte de Radoslava Dada Vujasinovic. Vujasinovic, que investigou a corrupção no governo de Milosevic, foi encontrada em seu apartamento em 1994 com ferimentos à bala. Sua morte foi qualificada como suicídio.

"Sou do tempo do assassinato brutal dos meus colegas", disse Matic em entrevista ao CPJ.

Milosevic morreu em 2006, em Haia, durante o julgamento

por crimes de guerra e o cenário político dos Balcãs mudou com a independência da Sérvia em 2006, mas esses casos nunca foram resolvidos. As ameaças e ataques a jornalistas sérvios continuaram. "Enquanto cada coalizão recém-nomeada, o governo, o primeiro-ministro recém-empossado, e o recém-eleito presidente prometiam no início de seu mandato que iriam encontrar os assassinos, sem nenhum resultado, a verdade ficou evidente: Não havia intenção de resolver esses assassinatos", disse Matic.

Quando apareceu uma oportunidade política, Matic a agarrou. Após as eleições de 2012, que levaram ao poder o Partido Progressista da Sérvia, antigo parceiro do partido de Milosevic, ele abordou o novo vice-premiê, Aleksandar Vučić, com a ideia de formar uma comissão para juntar o trabalho de investigação dos dois jornalistas com o dos órgãos do governo para resolver esses assassinatos. Matic imaginou que, como ministro da Informação, na época do assassinato de Curuvija, Vučić acolheria um meio de



Slavko Curuvija, jornalista sérvio visto nesta foto sem data, foi morto perto de sua casa em Belgrado em 1999. Seu caso foi reaberto.

AP/PEDJA
MILOSAVLJEVIC

mostrar o distanciamento de seu passado político. "Pensei que descobrir os assassinos e os mandantes dessas mortes seria, para ele também, a maneira mais construtiva de enfrentar seu próprio passado maculado", disse ele. Vučić, que se tornou primeiro-ministro em abril de 2014, aprovou a ideia, e logo foi criada a Comissão da Sérvia para a Investigação de Assassinatos de Jornalistas.

A comissão é composta por representantes da comunidade jornalística, do ministério da Administração Interna, e do órgão de segurança nacional da Sérvia, a Agência de Informações de Segurança (BIA, sigla em inglês). A comissão supervisiona equipes de investigação mistas de inspetores de polícia e representantes de serviços de segurança para todos os casos de assassinato. A comissão tratou de reabrir os casos de Curuvija, Pantic e Vujasinovic, com o objetivo, disse Vučić ao CPJ por e-mail, de "corrigir todos os erros observados pelos representantes de comunicação da Comissão." Analisou provas existentes, e iniciou novas investigações de pistas não verificadas. Há também um componente de conscientização pública na parceria com a Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). A campanha audaciosa, que foi premiada no Festival Internacional de Criatividade do Lions de Cannes em 2014, publicava em suplementos de jornais falsas cartas de ameaça cujo conteúdo reproduzia as de fato recebidas pelos jornalistas. Existe uma contrapartida em vídeo.

Os resultados, quase dois anos depois, são convincentes. No caso de Curuvija, quatro suspeitos foram incriminados, sendo citados como motivos para o crime a crítica feita pelo jornalista aos detentores do poder político e sua capacidade de influenciar a opinião pública. Duas pessoas foram presas este ano. Uma terceira, o ex-chefe de segurança nacional Radomic Markovic, já está na prisão pelo assassinato do político Ivan Stambolic em 2000. O quarto suspeito está sendo procurado fora do país. Seus advogados contestaram as acusações, e uma data para o julgamento ainda não foi definida, de acordo com Matic. Alguns suspeitos foram identificados em dois outros casos.

Não é pouca coisa, num contexto global em que centenas de casos não solucionados de assassinatos de jornalistas de todo o mundo continuam parados.

O equilíbrio entre a participação civil e institucional é um fator fundamental por trás do sucesso da comissão, de acordo com Matic. Vučić concordou. "O papel dos representantes da mídia mostrou-se crucial neste caso," ele disse ao CPJ. Os jornalistas envolvidos têm a vontade e habilidades para rever criticamente e analisar o trabalho anterior das autoridades, e defender novas linhas de investigação, enquanto que o governo pode liberar o acesso a materiais de investigação e apoiar a atuação do Ministério Público. A comissão também se comunica regularmente com os altos níveis de governo. A total transparência no trabalho da comissão é essencial, disse Vučić, para "a total desmistificação dos mistérios, segredos, e outras ambiguidades que cercam esses casos de assassinato".

Ao mesmo tempo, a colaboração teve problemas. "Achei que a cooperação mais difícil foi com a agência de inteligência militar", Matic disse, "e ainda não temos certeza se nos deram acesso a todas as informações e documentos importantes".

O CPJ manifestou essa preocupação a Vučić, que disse: "o governo sérvio e eu pessoalmente temos feito tudo para disponibilizar toda a documentação para que o Ministério Público e os grupos de trabalho tenham acesso a todas as provas, mas também para deixar a Comissão inteirada sobre a verdadeira situação".

O trabalho da comissão não está terminado, mas a concepção é promissora. "Acho que já serve de modelo para outros países a este respeito", disse Deniz Yazici, assistente de diretor de pesquisa do Escritório do Representante da OSCE para a Liberdade dos Meios de Comunicação. Yazici apontou para uma abordagem semelhante criada no final de 2013, em Montenegro, e inspirada na comissão sérvia. Ele mencionou uma ressalva importante. "A responsabilidade final permanece com os órgãos governamentais", disse ele, "e apesar de tal comissão poder desempenhar um papel fundamental, não deve de modo algum ser encarada como uma desoneração do governo da responsabilidade para investigar os assassinatos". ■



O ex-general da Polícia Aleksei Pukach, visto aqui no tribunal em 2013, foi condenado por envolvimento no assassinato do jornalista ucraniano Georgy Gongadze, em 2000. **REUTERS/GLEB GARANICH**

Criar Pressão, Exigir Cumprimento

As Nações Unidas aumentaram seu foco nos assassinatos de jornalistas, declarando que os ataques impunes contra jornalistas são uma grande ameaça não só à liberdade de imprensa, mas também a todas as principais áreas de trabalho da ONU. Nos últimos anos, adotaram duas resoluções que tratam de segurança dos jornalistas e da impunidade e lançaram um plano de ação. Estes vieram reforçar a resolução 1738 já existente do Conselho de Segurança, que condena os ataques a jornalistas em situações de conflito. "Não deve haver impunidade para aqueles que têm jornalistas como alvo da violência", proclamou o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, em declaração durante os preparativos para o Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, em 3 de maio de 2014.

Estes novos esforços se baseiam numa série de resoluções, procedimentos especiais e convenções da ONU que têm como alvo a violência contra os jornalistas ao longo dos anos. Incluem o

trabalho dos relatores especiais, o processo de Revisão Periódica Universal, e as disposições de direito internacional de direitos humanos que garantem a liberdade de expressão, direito à vida e à proteção de civis em conflitos armados. Mas quando se trata de estancar a impunidade, a trajetória das Nações Unidas, como mostram os dados do CPJ, é ínfima. Os governos muitas vezes não conseguem seguir as recomendações dos mecanismos da ONU, e uma cultura dominada por discretas diplomacias em vez de efetivas denúncias e divulgação, pouco faz para aplicá-las.

"Embora essas organizações e os instrumentos internacionais existentes sejam úteis, eles não podem forçar os governos locais a processar os responsáveis", disse Michèle Montas, jornalista do Haiti e ex-porta-voz do Ban Ki-moon. Montas conhece de perto as frustrações de não obter justiça. Seu marido, o dono de estação de rádio Jean Léopold Dominique, foi assassinado em 2000, e

EM ALGUNS LUGARES, O PLANO DE AÇÃO DA ONU REVIGOROU OS PROTAGONISTAS LOCAIS E DEU IMPULSO ÀS INICIATIVAS CONTRA A IMPUNIDADE.

ninguém foi condenado pelo crime.

A ferramenta mais direta da ONU para abordar a luta contra a impunidade quanto às mortes de jornalistas encontra-se na UNESCO. Mas se o registro da agência é indicador do quanto os Estados-Membros estão preparados para cumprir, ainda que minimamente, os seus compromissos sobre a impunidade, há motivo para preocupação.

A cada dois anos, o diretor-geral da UNESCO pede aos governos que enviem atualizações sobre o estado das investigações judiciais nos casos de jornalistas assassinados, junto com as medidas tomadas para responsabilizar os autores. As respostas são compiladas para o Relatório sobre a Segurança de Jornalistas e o Perigo da Impunidade [Report on the Safety of Journalists and the Danger of Impunity]. Atualizações avulsas são publicadas on-line. As informações dos governos são prestadas "numa base voluntária", como estabelecido na decisão sobre segurança de jornalistas e a questão da impunidade, adotada por delegados em 2008. Os governos podem responder a qualquer um, todos ou nenhum dos casos sobre os quais o diretor-geral tenha emitido condenações, e podem optar por ter as suas respostas divulgadas ou não.

A UNESCO incluiu uma análise das respostas dos governos na sua publicação de 2014 Tendências Mundiais de Liberdade de Expressão e de Desenvolvimento da Mídia. Constatou-se que, com relação a assassinatos entre 2007 e 2012, apenas 42 por cento dos Estados membros haviam respondido às perguntas do diretor-geral, em meados de 2013. Para o relatório mais recente, a ser publicado em novembro de 2014, os números refletem uma falta de participação ainda maior. De acordo com a informação disponível no início de setembro de 2014, responderam apenas 24 dos 61 países, menos de 40 por cento. A maioria simplesmente informou que as investigações estavam em andamento e deu poucos detalhes. Apenas 14 países publicaram suas respostas.

Este fraco empenho sugere que investigar a impunidade quanto a assassinatos de jornalistas é baixa prioridade ou politicamente muito difícil, especialmente para os Estados onde há pouco ou nenhum seguimento por parte das autoridades. Guy Berger, diretor da Divisão de Liberdade de Expressão e de Desenvolvimento da Mídia da UNESCO, atribui os resultados do relatório a uma combinação de mau fluxo de informação dentro dos governos, falta de capacidade de alguns Estados para monitorar os assassinatos de jornalistas e preocupação com a imagem. "Nenhum governo gosta de ter fama de presidir erros no Estado de direito e da justiça, especialmente quando isso se aplica ao caso dos jornalistas, o que pode gerar publicidade especialmente negativa", disse Berger. Ele disse que os países devem, ao contrário, ver o processo como uma forma de rebater

as críticas ao demonstrar que algum tipo de investigação e ação penal está em andamento, mesmo que incompletos.

O CPJ tem demonstrado apreensão quanto ao reduzido número de respostas a esse processo e as poucas informações prestadas. Das mais de três dezenas de países que não participaram, muitos estão mergulhados na violência contra a imprensa e apareceram repetidamente no Índice de Impunidade do CPJ: Afeganistão, Bangladesh, Índia, Somália, Nepal e Nigéria. Se estes e outros Estados membros deixam de cumprir de forma transparente este processo de comunicação, é pouco provável que respeitem compromissos mais difíceis, como a aplicação do Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade.

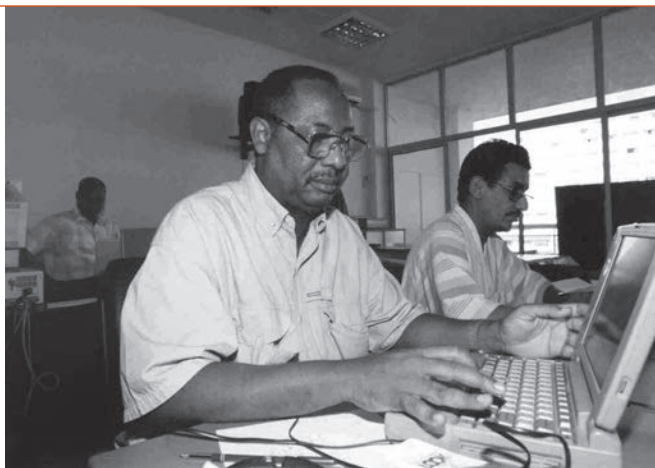
No entanto, funcionários internacionais têm muitas esperanças quanto ao Plano de Ação. "É uma iniciativa que pode mudar o jogo", disse Berger há dois anos, ao apresentar o documento da ONU a uma audiência internacional. O Plano das Nações Unidas e a estratégia de 31 páginas que o acompanha, são ambiciosos. Propõem que as agências da ONU, governos, grupos de liberdade de expressão e a mídia melhorem a coordenação, sensibilizem, e desenvolvam programas para proteger os jornalistas e combater a impunidade em casos de violência contra a imprensa. Juntos, a resolução e seu plano de aplicação oferecem um mandato político e um roteiro, uma combinação rara para a comunidade das Nações Unidas.

O CPJ examinou de que maneira o plano, que chega ao final de seus dois primeiros anos, está se enraizando em três dos quatro países identificados para a execução durante a primeira fase. Eles são o Iraque, Paquistão e Nepal, lugares onde o CPJ documentou altos níveis de impunidade quanto a ataques a jornalistas. (O quarto país, o Sudão do Sul, embora repleto de outras violações de liberdade de imprensa, não tem altos índices de assassinatos de jornalistas, de acordo com pesquisa do CPJ. A região das Américas é também um foco primário de implantações).

Embora as estatísticas, detalhadas em capítulo anterior, mostrem pequeno impacto direto, o plano em alguns lugares revigorou os protagonistas locais e impulsionou as medidas contra a impunidade. Estes no entanto correm grande risco de perderem o entusiasmo se as agências da ONU não aumentarem o seu nível de engajamento. Num dos países, o empenho para envolver as partes interessadas falhou completamente.

O plano realizou o maior número de incursões no Paquistão.

Depois de uma reunião internacional de planejamento em Islamabad, em março de 2013, grupos da sociedade civil e de jornalismo se uniram para criar a Coalizão do Paquistão sobre Segurança da Mídia. A coalizão encarregou-se de vários projetos,



Em 2014, o Tribunal da CEDEAO disse que Agência Nacional de Inteligência de Gâmbia não realizou uma investigação adequada do assassinato do editor de jornal e correspondente da AFP Deyda Hydera, visto aqui em 2004. **AFP / SEYLLLOU DIALLO**

incluindo a criação de um Índice de Segurança de Jornalistas. Os seus membros chegaram a um acordo sobre a necessidade de nomear um procurador especial e estão preparando um projeto de lei. Owais Aslam Ali, membro do comitê dirigente e secretário-geral da Fundação de Imprensa do Paquistão, disse que a maior conquista foi criar uma dinâmica e reunir elementos-chave, incluindo associações importantes de mídia, como o Sindicato Federal de Jornalistas do Paquistão, Sociedade de Jornais de Todo o Paquistão, e o Conselho de Editores de Jornais do Paquistão.

O jornalista sênior Iqbal Khattak, participante do comitê que coordena a coalizão, disse que ter um plano da ONU atraiu outro elemento fundamental aos debates: o governo. "O Plano de Ação da ONU ajudou a legitimar os esforços para acabar com a impunidade", disse Khattak. O ministro da Informação do Paquistão, Pervez Rasheed, agora atua como membro do comitê de direção.

Apesar das origens do plano na ONU, foram os órgãos das Nações Unidas no Paquistão que demoraram a se mexer. "A UNESCO não assumiu a liderança como esperávamos", disse Khattak. Ao mesmo tempo, rachas na mídia se ampliaram no Paquistão este ano após o âncora da televisão Geo Hamid Mir, ser baleado, retardando o progresso da coalizão. Após a Geo divulgar as acusações de que os serviços de inteligência do Paquistão estavam por trás da agressão a Mir, a estação foi suspensa pelo governo e fortemente criticada por muitos outros meios de comunicação.

No Nepal, o foco principal dos esforços em torno do plano de ação, lançado em junho de 2013, foi estabelecer a estrutura adequada para lidar com a questão da segurança de jornalistas e da impunidade. A Comissão Nacional de Direitos Humanos do Nepal concordou em supervisionar o progresso da entidade, e foi elaborada uma carta em consulta com as partes interessadas, incluindo jornalistas e organizações internacionais.

Espera-se que o mecanismo reúna, entre outros, representantes do governo, da polícia e da Federação de Jornalistas nepaleses, além de peritos independentes e da

comissão de direitos humanos, para monitorar casos de agressão a jornalistas ou defensores dos direitos humanos, e responder às ameaças com medidas preventivas.

Tal como no Paquistão, os defensores locais gostariam de ver um maior envolvimento da comunidade das Nações Unidas. "A cooperação entre as agências das ONU no plano não é muito visível", disse Binod Bhattarai, consultor de mídia e comunicações no Nepal, que auxilia a organização Apoio à Mídia Internacional, com sede na Dinamarca, a gerenciar vários programas em conexão com o plano de ação. "Tem havido alguma cooperação financeira, em que o Fundo de Paz da ONU para o Nepal apoia o projeto de segurança da UNESCO, mas tenho a impressão de que o resto da ONU não está se esforçando suficientemente para configurar seus programas com este plano de ação em mente".

"As agências da ONU trabalham" em estreita colaboração no Paquistão, disse Timo Pakkala, Coordenador Residente da ONU no Paquistão, "mas elas fazem o trabalho mais visível sob a tutela de seus respectivos mandatos". O coordenador residente chefia as equipes locais da ONU e trabalha para promover a coerência e a eficácia das atividades operacionais das várias agências da ONU, fundos e programas no nível do país. De acordo com Pakkala, o plano é regularmente discutido pelos chefes das Agências, Fundos e Programas da ONU no Paquistão. "A imagem pública nem sempre reflete o processo que está por trás da execução", disse ele.

No Iraque, que tem visto uma deflagração da violência sectária ao longo do último ano, a reduzida presença da ONU ali e as divergências entre as partes interessadas tornaram o plano inviável. Uma reunião prévia das partes interessadas, a ser realizada em Amã, na Jordânia, não aconteceu. "O fato de que esta foi cancelada no último minuto foi um indício das dificuldades em juntar as partes interessadas", disse Axel Plathe, diretor do escritório da UNESCO no Iraque, e acrescentou que a UNESCO e outras agências da ONU estão tentando reanimar a execução do plano. Alguns observadores têm alertado que a maioria dos funcionários da UNESCO centrados no Iraque está baseada na Jordânia, devido à recente deterioração do clima de segurança no Iraque, dificultando a necessária conciliação para o plano germinar.

Os grupos de jornalistas têm suas dúvidas quanto ao potencial do plano dada a violência e anarquia no Iraque. "As falhas não estão no projeto, mas nas instituições por não cumprirem as leis", disse Rahman Gharib, diretor do grupo de direitos de jornalistas iraquianos Centro Metropolitano para a Defesa de Jornalistas. Suas sugestões incluem focalizar um incentivo em fazer com que os jornalistas denunciem à polícia todos as agressões e treiná-los sobre questões jurídicas.

Em muitas regiões, grupos de liberdade de imprensa, observadores e especialistas da ONU familiarizados com o plano disseram que seria preciso mais intervenção da ONU, mais financiamento e uma maior conscientização sobre a iniciativa para que tenha êxito. (Apesar da participação do ministro da Informação na coalizão do Paquistão, o primeiro-ministro

DADA A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE NO IRAQUE, GRUPOS DE JORNALISTAS TÊM DÚVIDAS SOBRE O POTENCIAL DO PLANO DE AÇÃO DA ONU.

Nawaz Sharif não sabia disso nem do plano de ação, quando o CPJ o mencionou durante uma reunião, em março de 2014). Eles também aconselharam que a ONU levasse em consideração a segurança dos jornalistas e as questões de impunidade na hora de estabelecer e renovar as operações de manutenção da paz para determinados países.

Berger disse que o plano da ONU terá êxito em lugares onde há consciência de que os ataques à mídia afetam muito mais do que apenas o jornalismo. "As questões de segurança e a impunidade são parte de um ambiente mais amplo, o que requer a abordagem de um complexo conjunto de intervenções", disse ele. Esse entendimento ajudou a abrir caminho para a resolução de 2013 da Assembleia Geral da ONU sobre a segurança de jornalistas e a impunidade, disseram Berger e outros.

Órgãos intergovernamentais da região também têm regulamentos que podem ser usados para controlar a impunidade e levar à proteção de jornalistas através da condenação pública, o uso de relatores e meios de dar queixa. Mas estes apresentaram resultados um pouco melhores do que os seus congêneres da ONU quando se trata da obediência de Estados recalcitrantes. "Alguns Estados participantes não respeitam esses compromissos, e, nestes casos, a falta de vontade política para fazê-lo é evidente", disse Deniz Yazici, pesquisador assistente na agência de liberdade de mídia da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.

Uma ferramenta que está avançando um pouco na luta contra a impunidade é a rede de tribunais regionais. Órgãos como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, a Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano, e o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, deram vereditos fortes em casos de assassinatos de jornalistas em Gâmbia, Burkina Faso, Turquia, Ucrânia, México, Colômbia e Brasil. Com pouco respaldo afiado por trás de sua jurisprudência, os Estados cumprem debilmente esses vereditos, ou de todo os desprezam, e muitas vezes proscrevem novas investigações ou processos mais amplos. No entanto, o processo em si prova ser, cada vez mais, um meio importante para realçar a impunidade sistêmica e impedir os governos de desistir de tudo em casos que preferem não abordar.

Um bom exemplo pode ser encontrado na África. Lá, defensores da justiça e da liberdade de imprensa utilizaram um mecanismo pouco conhecido, o Tribunal de Justiça da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), para desafiar a ferrenha impunidade em Gâmbia, em três processos sobre violência contra jornalistas. Os dois primeiros processos, movidos pela Fundação da Mídia para a África Ocidental,

alegaram que Gâmbia foi responsável pelo desaparecimento do repórter "Chefe" Ebrimah Manneh, visto pela última vez sob custódia do Estado em 2006, e pela tortura do editor de jornal Musa Saidykhan, preso por três semanas, em 2006. Nesses casos, não houve sequer a presença de representantes governamentais da administração gambiana. O tribunal julgou à revelia, ordenando a libertação de Manneh e indenização em 2008 e, em 2010, a indenização para Saidykhan, que agora vive no exílio. Gâmbia não obedeceu. O governo não divulgou informações sobre o paradeiro de Manneh.

No terceiro processo, que contesta a impunidade no assassinato em 2004 de Deyda Hydara, fundador do jornal independente The Point, Gâmbia prestou atenção. "Houve uma mudança de atitude por parte de Gâmbia", disse Rupert Skilbeck do Movimento de Justiça do Instituto Sociedade Aberta, que trabalhou com advogados da região, a Federação Internacional de Jornalistas e os filhos de Hydara para preparar o caso. "O Estado nem respondeu nos casos de Saidykhan e Manneh", disse Skilbeck. "Desta vez eles enviaram respostas por escrito, envolveram-se totalmente no processo, e enviaram representantes da Procuradoria-geral."

Em junho de 2014, os juízes declararam que Agência Nacional de Inteligência de Gâmbia não investigou adequadamente o assassinato de Hydara, um crítico frequente das políticas repressivas do Presidente de Gâmbia, Yahya Jammeh. Eles também disseram que a agência "não era um órgão imparcial para conduzir a investigação", embora eles não concluíssem que havia provas ligando o governo gambiano ao assassinato. O tribunal concedeu US\$ 50 mil [R\$ 120 mil] para a família de Hydara como indenização pelo malogro do governo em investigar efetivamente o assassinato, e US\$ 10 mil [R\$ 23 mil] pelas custas legais. Ainda assim, até setembro de 2014, o governo de Gâmbia não havia feito nenhuma declaração nem tomou quaisquer medidas relacionadas com as perdas e os custos atribuídos ao caso, de acordo com Dindam Killi, um dos advogados que representam a família Hydara.

O veredito do tribunal levou em conta o padrão cumulativo dos três casos, como prova de que o governo gambiano estava fomentando um clima de impunidade que, em si, era uma violação da liberdade de expressão. "O tribunal fez a constatação expressa de que a liberdade de expressão foi sufocada por causa dessa impunidade", disse Skilbeck. "É um tribunal regional, portanto estabelece um precedente para todos os países da África Ocidental. É preciso haver uma resposta adequada e eficaz aos ataques contra jornalistas".

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos tem sido outro refúgio para as famílias que procuram a justiça para seus entes queridos mortos, e sua experiência mostra que pode haver



A ferramenta mais direta da ONU para abordar a luta contra a impunidade quanto às mortes de jornalistas encontra-se na UNESCO.

REUTERS/CHARLES PLATIAU

A FERRAMENTA MAIS DIRETA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMBATE À IMPUNIDADE EM MORTES DE TRABALHADORES DA MÍDIA ENCONTRA-SE NA UNESCO.

progresso, pelo menos parcial, ainda que ao longo de muitos anos.

Quando parecia evidente que as autoridades ucranianas não iriam processar os assassinos de Georgy Gongadze por conta própria, sua viúva, Myroslava Gongadze, levou o caso ao Tribunal Europeu. O mandato do tribunal permite que reveja supostas violações dos direitos humanos nos Estados Membros, quando todos os meios internos foram esgotados. Em 2005, o tribunal concluiu que a Ucrânia violou vários artigos da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, principalmente ao não proteger a vida do jornalista ou investigar sua morte, e ordenou o pagamento de uma indemnização de 100 mil euros (cerca de US\$ 118 mil na época, R\$ 300 mil).

Apesar deste veredicto favorável, e posterior pagamento da Ucrânia, Gongadze iria esperar mais oito anos para ver a condenação do principal suspeito, Aleksei Pukach. Ela ainda aguarda a condenação dos principais instigadores do crime, mas o tribunal tem sido um meio decisivo para manter a engrenagem da justiça em movimento. "Eu estava lutando por uma maneira de pressionar o governo a continuar agindo", disse Gongadze. "Eu pude apelar ao tribunal e por alguns anos o governo ucraniano ficou alerta", disse ela. "Tiveram que responder a

perguntas do Tribunal."

O Tribunal Europeu decidiu em outro caso de grande repercussão que as autoridades turcas deixaram de aproveitar as informações que poderiam ter evitado o assassinato do jornalista Hrant Dink em 2007. Dink, fundador e ex-editor-chefe do semanário *Agos*, foi assassinado na frente de seu escritório em Istambul em janeiro de 2007. Uma investigação apanhou apenas os suspeitos menores, apesar de provas de que a polícia e os militares tinham conhecimento prévio do crime, se não cumplicidade com ele. Frustrada, a família de Dink levou o caso ao Tribunal Europeu. O veredito no caso Dink vs Turquia foi minucioso. Além de violar a disposição da Convenção Europeia de Direitos Humanos sobre o direito à vida, foi decidido que a Turquia deixou de cumprir sua obrigação de proteger a liberdade de expressão e o direito a uma efetiva reparação. Os resultados na Turquia, no entanto, foram limitados, com os oficiais implicados no crime evadindo a justiça.

O caso ressalta o fato de que, mesmo quando os julgamentos regionais expõem injustiças e exigem reparações, se os governos não obedecem e não existir pressão diplomática suficiente para obrigá-los a fazê-lo, o impacto dos vereditos será limitado. ■



A morte em 2009, na prisão, do advogado russo Sergei Magnitsky, à esquerda, estimulou uma campanha lançada por seu amigo, William Browder, à direita. A lei resultante, a Lei de Responsabilização Sergei Magnitsky, exige que o governo dos Estados Unidos negue o visto e congele os bens de todos os indivíduos considerados culpados da morte de Magnitsky. **ESQUERDA: AP / ALEXANDER ZEMLIANICHENKO DIREITA: AP / VIRGINIA MAYO**

Elevando o Custo da Impunidade, Em nome de Magnitsky

Sergei Magnitsky, 37 anos, advogado e conselheiro fiscal da Rússia, morreu em novembro de 2009, depois de passar vários meses na prisão Butyrka de Moscou, que é conhecida por suas duras condições. Um relatório independente feito pela Comissão de Supervisão Pública de Moscou, uma ONG russa que monitora os direitos humanos em centros de detenção, concluiu que Magnitsky tinha sido torturado e não teve acesso à atenção médica para tratar de problemas clínicos graves. Antes de sua prisão, em 2008, com base em acusações de fraude, Magnitsky tinha denunciado a existência de corrupção oficial em grande escala.

William Browder, um cofundador e CEO da empresa global de investimentos Hermitage Capital Management, lançou uma intensa campanha por justiça em relação à morte de seu amigo e advogado. O resultado foi a Lei de Responsabilização Sergei Magnitsky para o Estado de Direito de 2012, a qual exige que o governo dos EUA congele os bens e negue vistos a indivíduos associados à morte de Magnitsky. Aqueles que são culpados de "graves violações" contra defensores de direitos humanos e outros denunciantes também estão sujeitos a tais sanções.

A Lei deixou os russos indignados, levando a retaliações como a proibição de adoções de crianças russas por americanos e o estabelecimento de suas próprias proibições de visto para norte-americanos supostamente culpados de abusos dos direitos humanos, incluindo dois comandantes do Campo de Detenção da Baía de Guantánamo. Pessoas que criticam esses atos em ambos os países dizem que eles contribuem para uma nova forma de lista negra,

abrindo caminho para que interesses pessoais comandem o devido processo legal em nome dos direitos humanos. Pessoas que apoiam essas medidas – incluindo uma parte da opinião pública russa, de acordo com uma pesquisa de 2012 – as veem como uma forma de fazer com que o poderio russo seja levado a prestar contas.

Mais de duas dezenas de pessoas estão agora na "lista Magnitsky", incluindo dois acusados de terem ligações com o assassinato do jornalista da Forbes Paul Klebnikov em 2004. Atualmente, a Lei de Responsabilidade Global de Direitos Humanos está sendo analisada pelo Congresso dos EUA. Se aprovada, as mesmas medidas da Lei Magnitsky poderiam ser aplicadas a qualquer país. A pressão está aumentando para a adoção de uma legislação semelhante na Europa.

O CPJ entrevistou Browder, que acredita que esta abordagem pode ser usada para ajudar a elevar o custo da impunidade para aqueles que atacam jornalistas.

Elisabeth Witchel: O que aconteceu quando você começou a fazer perguntas e procurar justiça para a morte de Sergei Magnitsky na Rússia?

William Browder: O governo russo fez de tudo para proteger todas as pessoas envolvidas na tortura e morte de Sergei e nos crimes que ele havia descoberto. Eles exoneraram todos os indivíduos envolvidos e promoveram vários dos principais cúmplices e até deu a alguns deles honras de Estado especiais.

EW: Quando você concluiu que teria que se voltar para fora da Rússia para obter alguma justiça?

WB: Isto se tornou de certa forma óbvio, um ou dois meses depois. Um acontecimento crucial ocorreu cerca de seis semanas depois do assassinato. A Comissão de Supervisão Pública de Moscou concluiu que Sergei tinha sido falsamente preso e torturado sob custódia. Eles produziram um relatório detalhado e o enviaram para o ministro da Justiça e para o ministro do Interior da Rússia. À medida que as semanas passavam, não houve resposta. Havia provas suficientes para julgar, mas não intenção de fazer coisa alguma.

EW: Onde você procurou ajuda primeiro?

WB: Organizações de direitos humanos me aconselharam a procurar o Departamento de Estado [dos Estados Unidos] e a União Europeia. Todo mundo era simpático, mas ninguém estava disposto a tomar qualquer medida – na melhor das hipóteses, eles estavam prontos para fazer declarações.

EW: As sanções da Lei Magnitsky atingem indivíduos responsáveis pela morte de Magnitsky. Como você resolveu adotar esta abordagem? Houve algum precedente?

WB: Nós passamos a buscar algum tipo de justiça que o Ocidente, na verdade, tinha a capacidade de fazer, ou seja, sanções de vistos e congelamento de bens. Isto nunca tinha ocorrido. Os EUA e a Europa sancionaram regimes hostis, como o Irã e Belarus, mas nunca emitiram sanções contra países onde existiam relações normais, como a Rússia.

EW: Qual foi a resposta a essa ideia?

WB: Quando eu propus ao Departamento de Estado [dos EUA], em abril de 2010, eles praticamente riram e me expulsaram de seu escritório. Eles estavam tão ocupados em “restabelecer” as relações com a Rússia que não queriam nada com um cara pedindo sanções no caso do assassinato de seu advogado.

EW: O que mudou?

WB: Eu tive a oportunidade de levar essa questão para o Poder Legislativo [dos EUA]. Eu cheguei até o senador Ben Cardin de Maryland, que era o responsável pelos direitos humanos, por meio de seu trabalho com a Comissão de Helsinque. Ele analisou as provas e, em seguida, postou uma lista de 60 funcionários russos no site dos EUA de Helsinque que ele acreditava que deveriam ser objeto de sanções de vistos. Isso desencadeou uma reação em cadeia, o que acabou levando à Lei Magnitsky.

EW: A quem o ato se aplica?

WB: Em primeiro lugar, ele pune qualquer pessoa envolvida na

detenção ilegal, tortura e morte de Sergei Magnitsky. Isto iluminou o céu de Moscou. Depois que a lei foi publicada, muitas outras vítimas se apresentaram. Depois de muitas dessas denúncias, Cardin adicionou 65 palavras ao projeto de lei para incluir todos os outros violadores dos direitos humanos na Rússia à legislação.

EW: Qual tem sido o impacto até agora?

WB: Agora existem 30 pessoas na lista, e eu suspeito que muitos mais serão adicionados no futuro. Não há lei federal em vigor que permita penalizar os infratores russos dos direitos humanos. Há também uma Lei Magnitsky mundial em tramitação no Congresso que iria estender seus efeitos em outros países. Eu acredito que isso vai se tornar a nova tecnologia para lidar com as violações dos direitos humanos. Estamos vivendo em um mundo diferente do que, digamos, há 30 anos, quando o Khmer Vermelho se instalou apenas no Camboja. Agora, violadores dos direitos humanos viajam; bandidos podem manter seu dinheiro em países mais seguros. Tirar a sua capacidade de fazer isso é uma forma de puni-los. Não há nenhuma razão que justifique você ser culpado de crimes contra os direitos humanos em seu país e ser capaz de viver em uma bela casa ao lado do Hyde Park [no centro de Londres].

Uma vez que esta ferramenta comece a ser amplamente implementada, ela pode ser usada de forma a permitir que um Estado mantenha relações diplomáticas com um país, mas, ao mesmo tempo, puna infratores individuais de direitos humanos. Esperamos que isso se torne um fato comum – se os governos rotineiramente começarem a punir os responsáveis por violações dos direitos humanos, os bandidos vão começar a se perguntar se vale a pena.

EW: Críticos da Lei Magnitsky dizem que é um caminho perigoso, uma vez que abre a possibilidade para abusos e pode ser usado para ganho pessoal. É este o caso?

WB: De forma alguma. As sanções não são determinadas por pessoas como eu, mas sim por provas documentais que são revistas pelo Departamento de Estado e do Tesouro. O governo dos EUA não sancionará qualquer uma a menos que eles acreditem que a prova se sustenta em um tribunal. Em nossa experiência, é extremamente difícil alguém entrar na lista de Magnitsky, principalmente porque o processo é muito rigoroso e justo.

EW: Como os defensores de direitos humanos podem usar isso contra a impunidade nos assassinatos de jornalistas? Como eles podem, por exemplo, adicionar um nome?

WB: O governo [dos EUA] acrescenta os nomes, mas a sociedade civil pode ajudar a recolher provas e documentação contra aqueles que cometem essas violações e fazer barulho suficiente para o governo prestar atenção. Estas sanções podem não ser a verdadeira justiça para crimes como tortura e assassinato, mas elas são muito melhores do que a absoluta impunidade, que é o que está acontecendo na maioria dos lugares hoje. ■



REPUDIO AL ASESINATO DE LA
PERIODISTA REGINA MARTINEZ

MUP-CND
Ciudad de México



Manifestantes protestam contra o assassinato do jornalista iraquiano Hadi al-Mehdi, que foi morto a tiros em 2011. Ninguém foi responsabilizado.
AP/KARIM KADIM

Hoje, a luta contra a impunidade chegou a um momento importante. Há consciência em nível nacional e global acerca do perigo extremo existente para os jornalistas e para o direito do público à informação quando a violência contra a imprensa é recebida com apatia pelos governos. Os gritos de justiça dos defensores da liberdade de expressão foram amplificados pelo endosso da ONU e sua designação do primeiro Dia Internacional pelo Fim da Impunidade de Crimes contra Jornalistas.

É também uma posição precária – em que ganhos modestos poderiam facilmente dar lugar à complacência.

Este relatório analisou os imensos desafios envolvidos na transformação de ambientes nos quais impera a impunidade, especialmente em áreas convulsionadas por conflitos ou pelo crime generalizado e onde a corrupção, o nepotismo e a agitação política enfraqueceram o Estado de direito. A análise das taxas globais de impunidade do CPJ de assassinatos de jornalistas nos últimos sete anos mostra que elas têm em sua maior parte piorado. Há alguns sinais encorajadores nos dados. O número de condenações de suspeitos de terem cometido esses crimes parece ter se elevado um pouco, mas este número ainda é pequeno em comparação com o registro de novas vítimas a cada ano.

No cerne do problema encontra-se uma persistente falta de vontade política de fazer valer a justiça em centenas de casos em que jornalistas foram mortos a tiros, sofreram atentados a bomba, ou foram agredidos por causa do que estavam reportando. Nos poucos casos em que a justiça tem sido exercida, geralmente em resposta à crescente pressão doméstica e

internacional, houve progresso na forma de justiça parcial e, mais raramente, completa para as vítimas. Mas a norma é que os supostos perpetradores – políticos, membros das forças armadas, e outras figuras com poder e influência em suas sociedades – conseguem escapar da justiça. Este padrão se aplica especialmente para aqueles que encomendam assassinatos de jornalistas.

O CPJ vê os efeitos devastadores da impunidade diariamente em histórias de autocensura, exílio e revolta, mas também tem visto que há maneiras de combatê-la.

Ao longo do tempo, em casos raros, mas importantes, os esforços corajosos de parentes e colegas determinados a exigir resultados e a questionar as investigações mal feitas mantiveram a atenção da mídia e campanhas; a pressão diplomática da comunidade internacional; e litígios através dos tribunais nacionais e regionais têm empurrado a justiça para frente ou convencido os governos a tomar medidas mais abrangentes.

Como o relatório demonstra, há uma série de medidas que os Estados podem adotar para assegurar processos seguros e justos. Elas incluem triagem de nível nacional investigativo e recursos para a procuradoria – em alguns países, isto assume a forma de envolvimento federal em crimes contra jornalistas ou contra a liberdade de expressão – mudando os locais de julgamento, aperfeiçoando o programa de proteção a testemunhas, reformando o sistema judiciário para limitar as oportunidades de abuso por parte de réus poderosos, e criando organismos independentes para examinar investigações



Jornalista segura uma placa que diz "Chega de sangue", durante uma manifestação contra o assassinato de um jornalista mexicano.

REUTERS/EDGARD GARRIDO

mal feitas. Transparência e prestação de contas para as vítimas e para o público, e estreita consulta junto à mídia e às organizações não governamentais são as chaves para uma implementação bem sucedida. Um bom exemplo pode ser encontrado na Comissão da Sérvia para a Investigação de Assassinatos de Jornalistas, em que jornalistas e autoridades vinculadas à investigação vêm examinando conjuntamente casos antigos e produzindo novas pistas, o que levou à prisão de suspeitos em pelo menos um caso.

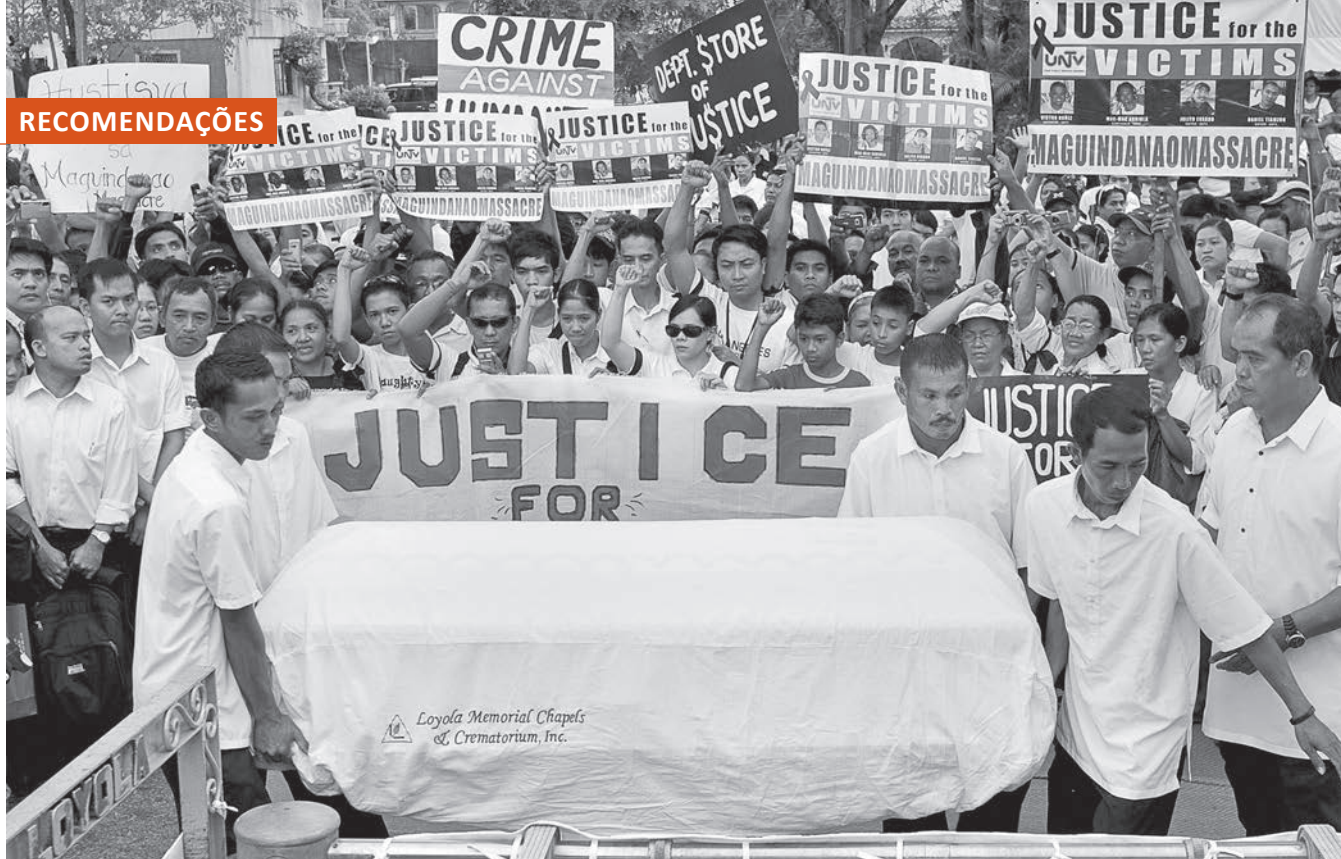
Algumas destas soluções exigem amplos recursos, legislação ou desenvolvimento a longo prazo das capacidades institucionais a par de melhorias profundas na governança. Mas também há medidas imediatas que podem ser tomadas que não necessitam de fundos substanciais ou de mudança política. Os governos que propõem a convocação de inquéritos especiais em certos casos podem e devem tornar os resultados públicos. As conclusões da comissão nomeada pelo presidente do Curdistão para investigar o assassinato de Sardasht Osman e o inquérito judicial no Paquistão sobre a morte de Hayatullah Khan são dois bons exemplos para começar. O envolvimento de autoridades da alta cúpula na investigação de casos individuais e a expansão das investigações para incluir os mandantes suspeitos deve ser rotina; essa tendência pode ser vista no Brasil, onde condenações em quatro casos ocorreram nos últimos dois anos – incluindo, em um, do mentor. No contexto dos compromissos assumidos pelos governos para garantir a segurança dos jornalistas, acabar com a impunidade e promover o Estado de direito, estas não são medidas extraordinárias.

O cumprimento das obrigações da ONU para o combate à impunidade deve agora ser primordial para os Estados membros,

começando com respostas exaustivas e públicas aos pedidos do diretor-geral da UNESCO para o status judicial em casos de jornalistas mortos. Os governos também devem definir expectativas para cada 2 de novembro como um momento para tomar uma posição contra a impunidade e fazer um balanço honesto de seu progresso na resolução de assassinatos de jornalistas. A cada ano, os Estados que estão lutando contra altos níveis de violência contra a imprensa e a impunidade devem conseguir um progresso acentuado, e a ONU deve registrar esse progresso ou a sua ausência em termos claros. A integração plena dessas preocupações em áreas mais amplas de trabalho das Nações Unidas, tais como metas de desenvolvimento e Estado de direito, também é importante.

O Plano de Ação da ONU para a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade, abriu uma nova janela de oportunidade para promover a justiça através do reforço da coordenação entre Estado, sociedade civil, mídia e atores da ONU. Houve alguns começos promissores, mas estes correm o risco de ficar à deriva, se maiores esforços, financeiros e políticos, não forem feitos para apoiá-los e uma ampla gama de agências da ONU não fizer mais para colaborar com contribuições concretas para o plano. Ao mesmo tempo, a mídia pode desempenhar um papel importante através de reportagens sobre este processo que se desenrola, e mantendo em destaque os casos de seus colegas mortos.

A luta pela justiça agora é global, mas seu avanço virá na forma de um caso de cada vez. Para cada suspeito rastreado, cada criminoso preso, e cada caso parado revigorado, a mensagem de que os jornalistas não podem ser atingidos sem consequência fica mais clara. Essa mensagem vai salvar vidas e melhorar o fluxo de informação essencial no coração de nossa sociedade global. ■



Os familiares, amigos e colegas do jornalista filipino Daniel Tiamzon caminham para seu funeral. Tiamzon foi um dos 32 jornalistas e profissionais de mídia mortos no massacre de Maguindanao em 2009. **AFP / JAY DIRECTO**

Reconhecendo que a violência sem punição contra jornalistas representa uma das maiores ameaças ao livre fluxo de informações, o CPJ faz as seguintes recomendações:

Para governos nacionais e líderes políticos:

- Condenar pública e inequivocamente todos os atos de violência contra jornalistas.
- Reconhecer publicamente o Dia Internacional pelo Fim da Impunidade em Crimes Contra Jornalistas em 2 de novembro.
- Fornecer recursos suficientes e apoio político para garantir que as autoridades realizem as investigações e julgamentos relativos a crimes contra jornalistas de forma exaustiva e no tempo conveniente.
- Solicitar relatórios de progresso dos órgãos de investigação e dos responsáveis no poder judiciário a respeito de todos os casos de assassinatos de jornalistas não resolvidos. Reabrir inquéritos encerrados e retomar os que estão paralisados.
- Certificar-se de que as investigações alcancem os mandantes do crime, além dos assassinos imediatos.
- Caso as circunstâncias justifiquem, transferir os casos de locais onde os suspeitos podem influenciar os processos para novas jurisdições. Designar promotores especiais e/ou aumentar a proteção a testemunhas.
- Identificar e penalizar todos os atores que impedem a justiça através de má conduta profissional, corrupção, ameaças ou violência.

Prover a legislação, recursos e pessoal necessários para, por exemplo:

- Reformar as leis para dar às autoridades nacionais competência mais ampla para investigar e julgar crimes nos quais as autoridades provinciais falharam.
- Criação de um painel independente, incluindo profissionais da mídia, investigadores, promotores, juristas e representantes do governo, para analisar casos não resolvidos, fiscalizar as investigações e fazer recomendações. A composição e as conclusões do painel devem ser transparentes.
- Introduzir ou reforçar programas e legislação para promover investigações e julgamentos rápidos e eficazes, como treinamento forense, reforma judicial, e programas de proteção a testemunhas.
- Responder com informações detalhadas sobre o status jurídico de todos os casos de jornalistas e as medidas tomadas para combater a impunidade, conforme solicitado pelo diretor-geral da UNESCO para o Relatório sobre a Segurança de Jornalistas e o Risco de Impunidade publicado a cada dois anos. Disponibilizar as respostas completas para o público.
- Implementar as recomendações que combatam a impunidade feitas por meio do mecanismo de Revisão Universal Periódica através de procedimentos especiais da ONU.
- Cumprir os compromissos assumidos através da resolução da AGNU sobre a segurança dos jornalistas, da resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre a segurança dos jor-



Uma mulher segura uma placa que diz: "Queremos justiça. Queremos a paz" durante um protesto contra jornalistas mortos em Honduras.

AFP/ORLANDO SIERRA

nalistas e da resolução 1738 do Conselho de Segurança da ONU. Facilitar a implementação completa do Plano de Ação da ONU para a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade.

Para as agências das Nações Unidas:

- Tomar medidas concretas para manter os Estados Membros responsáveis pelos compromissos assumidos na resolução da AGNU sobre a segurança dos jornalistas.
- Preencher as lacunas na coordenação e participação no Plano de Ação da ONU para a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade. Identificar claramente os papéis e contribuições de agências, incluindo o PNUD, UNODC, a ONU Mulheres, OCHA, DPKO (Departamento de Operações de Manutenção da Paz), e outras. Esta coordenação deve se estender para escritórios de campo.
- Integrar plenamente as medidas de progresso contra a impunidade em assassinatos de profissionais da mídia e segurança dos jornalistas nas metas de desenvolvimento e na avaliação do mandato de renovação do Departamento de Operações de Manutenção da Paz.

Para o escritório do Secretário-Geral:

- Levantar em conta os dados sobre ataques contra jornalista e a eficácia das soluções do governo para a impunidade em seu relatório à Assembleia Geral, conforme exigido pela Resolução 68/163 sobre a segurança dos jornalistas e a impunidade.

Aos membros dos órgãos intergovernamentais regionais:

- Participar e cumprir os procedimentos, orientações e decisões dos tribunais regionais e comunicações de grupos regionais.
- Tomar medidas concretas, em fóruns regionais e bilaterais, para responsabilizar os Estados que não cumprem as decisões dos tribunais regionais e outros procedimentos especiais.

Para os jornalistas locais e internacionais:

- Monitorar e informar a respeito da implementação dos principais compromissos internacionais para combater a impunidade, especialmente o Plano de Ação da ONU para a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade e a resolução da AGNU sobre a segurança dos jornalistas.
- Investigar e relatar as questões de violência contra a imprensa, incluindo ataques individuais, ameaças e assédio, independentemente da filiação de mídia da vítima. ■



Um cartaz exige justiça para Norbert Zongo, jornalista morto no Burkina Faso em 1998. AFP/AHMED OUOBA

Pelo menos 370 jornalistas foram assassinados em conexão direta com o seu trabalho do início de 2004 até 2013, segundo a pesquisa do CPJ. Em 333 dos casos, ninguém foi condenado. Em 28 casos, alguns suspeitos foram condenados, ou mortos no decurso da apreensão, mas outros que se acreditava estar ligado ou ter ordenado o crime permanecem livres. Nove casos chegaram à justiça completa, ou seja, todos os autores, incluindo o mandante do crime, foram condenados. O CPJ mantém registros detalhados sobre os jornalistas assassinatos no período de 1992 até o presente.

Para obter informações adicionais, visite cpj.org/killed.



A procissão funeral de Yasser Faisal al-Jumaili, jornalista iraquiano que foi assassinado na Síria em 2013. **REUTERS/THAIER AL-SUDANI**

Visão geral de documentos e resoluções-chave da ONU diretamente relacionados com a impunidade em assassinatos de jornalistas:

- Resolução 1738 (2006), adotada pelo Conselho de Segurança em dezembro de 2006, apela à proteção dos jornalistas que cobrem conflitos armados e enfatiza a necessidade de os Estados acabarem com a impunidade em crimes contra jornalistas. Ela pede ao secretário-geral da ONU para incluir a questão da segurança dos jornalistas, profissionais de mídia, e pessoal associado ao relatar sobre a proteção de civis em conflitos armados.
- O Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, um corpo de juristas, publicou o Comentário geral 34 sobre o artigo 19 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, observando que todos os ataques contra aqueles que praticam a liberdade de expressão devem ser "rigorosamente investigados em um tempo hábil, e os autores processados", entre outros pontos.
- O Plano de Ação da ONU para a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade, elaborado pela UNESCO, foi adotado pelo Conselho de Chefes-Executivos da ONU em abril de 2012. As medidas do plano incluem o estabelecimento de um mecanismo de coordenação interagências para lidar com questões relacionadas com a segurança dos jornalistas, bem como ajudar os países a desenvolver legislações e mecanismos favoráveis à liberdade de expressão e informação, e apoiar os seus esforços para implementar as normas e princípios internacionais existentes. Sua implementação começou no início de 2013.
- Em junho de 2012, os relatores especiais das Nações Unidas sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias e sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de expressão apresentaram relatórios na 20ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que destacaram a impunidade em ataques direcionados contra jornalistas como a principal chaga em direitos humanos e exortaram os Estados a implementar mecanismos para proteger os jornalistas e promover a justiça.
- O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovou a Resolução 21/12 sobre a segurança dos jornalistas na sua 21ª sessão, em setembro de 2012. A resolução expressa preocupação de que "os ataques contra jornalistas muitas vezes ocorrem com impunidade, e exorta os Estados a assegurar a responsabilidade pela realização de investigações imparciais, rápidas e eficazes para tais atos abrangidos pela sua jurisdição, e para levar à justiça os responsáveis e garantir que as vítimas tenham acesso a reparações apropriadas". A resolução também pediu ao Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos que elaborasse um relatório sobre boas práticas para a proteção de jornalistas e o combate à impunidade. O relatório foi apresentado na 24ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, em julho de 2013.
- A Assembleia Geral da ONU adotou a Resolução 68/163 sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade. A resolução proclama 2 de novembro como o Dia Internacional pelo Fim da Impunidade em Crimes contra Jornalistas. Ela pede aos Estados que destinem os recursos necessários para investigar e processar os ataques contra jornalistas e para que o Secretário-Geral da ONU apresente para a Assembleia Geral um relatório sobre a implementação da resolução e do Plano de Ação da ONU. ■



Defendendo jornalistas em todo o mundo

330 7th Avenue, 11th Floor, New York, New York 10001

+1.212.465.1004

www.cpj.org

Twitter: [@pressfreedom](https://twitter.com/pressfreedom)

Facebook: www.facebook.com/committeetoprotectjournalists